




Leonor Rocha
Manuel Calado

Megalitismo de Mora

• apenas

Leonor Rocha Manuel Calado

Megalitismo de Mora

 apenas

MEGALITISMO DE MORA: NAS FRONTEIRAS DO ALENTEJO CENTRAL

Leonor Rocha

Manuel Calado

«O território de um povo já não é um simples dom da natureza, senão uma porção de espaço marcado pela sequência das gerações que, no decurso do tempo, sofreu os embates das mais variadas influências. Uma combinação original e fecunda de dois elementos: Território e Civilização.»

Orlando Ribeiro, 1995:9

1. Introdução e história da investigação

Uma vez construídos, os monumentos megalíticos passaram a integrar, de forma indelével, as paisagens físicas e culturais, muito para além das épocas em que foram concebidos e utilizados, havendo muitos casos comprovados de reutilizações ou usos continuados, até praticamente aos nossos dias.

Facilmente identificáveis na paisagem, estes monumentos atraíram sempre as populações que com eles conviveram, suscitando reinterpretações mais ou menos fabulosas, em função dos diversos contextos culturais que as produziram.

As referências mais antigas ao megalitismo alentejano remontam, pelo menos, ao séc. XV; segundo documentos publicados por Gabriel Pereira, aparecem, desde essa época, alusões a monumentos megalíticos, como marcos de divisão de propriedades, nomeadamente «*hua pedra da anta que está levantada sobre pedras aadecima de ryo de moinhos na quall pedra da dita anta está feita hua cruz do aguyam, e dês a dita anta como atravessa ho caminho que vay pera a córte da pedra direito a huns penedos gordos...*» (Pereira, 1887: 35).

Por outro lado, no séc. XVI, Frei Martinho de S. Paulo, frade do Convento de S. Paulo, na serra de Ossa, manifestou, numa carta, a sua discordância em relação à destruição de duas antas localizadas na cerca do convento da serra de Ossa, por decisão do abade da Ordem (Fabião, 1999).

Reflectindo alguma precocidade da investigação histórica nacional, D. João V mandou, na primeira metade do séc. XVIII, proceder ao levantamento das antiguidades do Reino, através da Academia Real da História. Nas respostas aos inquéritos então solicitadas a todas as paróquias do reino, foram vários os padres que referiram a existência de antas nas respectivas áreas. O padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro, em 1734, enumerava já um total de 66 monumentos megalíticos na área de Évora, embora a lista se tenha, pelo que consta (Leisner, 1949:3), perdido com o terramoto de 1755.

Foi necessário mais um século para que os estudos sobre o megalitismo tivessem retomado vigor, agora já com abordagens mais estruturadas, reflectindo, aliás, os avanços que noutras áreas da Europa megalítica, se iam fazendo sentir.

No séc. XIX, com o Romantismo, o megalitismo foi abordado tanto na historiografia como na literatura de ficção, aparecendo muitas vezes associado a lendas e a rituais.

Pinho Leal, num trabalho de grande divulgação pública, deixou-nos uma saborosa descrição dos monumentos megalíticos e dos rituais que com eles supostamente estariam relacionados, revelando, até certo ponto, muitas das noções ingénuas que a arqueologia se encarregaria, nas décadas seguintes, de erradicar.

Convém esclarecer que, no essencial, essas noções pouco divergiam das que, por essa altura, eram partilhadas pelos «arqueólogos» mais esclarecidos (Costa, 1870) e que derivavam, em boa parte, dos conhecimentos então disponíveis e das conjecturas construídas a propósito de outras realidades megalíticas europeias.

Nesse texto, Pinho Leal classifica-se a si mesmo como «escriptor obscuro e completamente desconhecido» e invoca a sapiência de «archeologos distinctos e conhecidos geralmente», os quais sustentariam que «*dolmin* é o nome genérico d'estas construcções, e muitos d'elles fazem *anta* synonymo de *dolmin*» (Leal, 1874: 475). Porém, na sua opinião, *dólmen* seria «uma ara construída para os sacrífi-

cios», enquanto anta seria «um monumento levantado à memória de algum guerreiro distinto»; mamoa seria «o tumulo de alguma pessoa notável», e cairn, um «templo destinado a oração» (Leal, 1874: 475).

A justificar estas supostas diferenças funcionais, defendeu que «a opinião de que os *dólmens* são monumentos funerários não passa de conjectura. É verdade que sob muitos *dólmens* se tem achado ossadas humanas, mas custa a crer que em 3:000 annos, pouco mais ou menos, possam os ossos deixar d'estar completamente reduzidos a terra. Quanto mais, se em muitos *dolmens* se teem achado ossos, em muitos mais não se encontra vestígios d'elles (...). Há um facto que, na minha opinião, prova incontestavelmente que os povos (quem quer que eles fossem) que construíram os seus *dolmens* queimavam os seus cadáveres. As mamoas, que todos concordam em dizer que são obra dos mesmos que construíram os *dolmens*, são incontestável e exclusivamente monumentos funerários, e ne'llas (...) jamais appareceram ossos – o que apparece são cinzas».

Para além destas confusões – que aliás reflectem a grande diversidade de tipos de monumentos, genericamente aparentados, e as próprias dificuldades taxonómicas actuais –, outras observações são, à luz de algumas das abordagens recentes (Scarre, 2004; Calado, 2004: 176), bastante pertinentes, nomeadamente quando afirma que «uma das condições dos dolmens é não terem o mais leve signal d'obra d'arte, e outra, não serem de pedras das immediações. É certo que em todos os monumentos pré-historicos que tenho examinado, não se vê o mínimo indício do emprego de qualquer ferramenta, salvo aquelles em que os visitantes teem posto algum signal ou incipção» (Leal, 1874: 475-476).

Sobre as mamoas e os seus construtores defendeu, ainda, que «as *mâmoas* ou *modôrras* (a que também alguns chamam *mamunhas* e *mamuinhas*) são os túmulos dos povos pre-historicos por ventura os indigenas da península ibérica (...)», lançando, porventura, a primeira pedra do modelo indigenista que, como veremos, continua hoje, se bem que muito remodelado, na ordem do dia da investigação sobre o megalitismo regional.

Observou, por outro lado, que «todas ellas foram arrombadas pelo povo, em busca de thesouros, e em nenhuma se achou mais do

que uma pia coberta, no centro da mamoá, feita de lagens de granito ou de schisto (taes como sahiram da terra) contendo cinzas». Como testemunho da sua própria experiência de campo, salientou que «só duas encontrei sem vestígio de arrombamento (provavelmente porque o povo julga que são pequenos cabeços naturaes, e que na verdade são as maiores que tenho visto» (Leal, 1874: 476).

O modo como se processava, segundo este autor, a construção das mamoas também é bastante interessante, uma vez que, na sua opinião, os construtores «juntavam as lagens necessárias para formar uma espécie de pia ou tanque grosseiro», aludindo, naturalmente, à estrutura pétrea dos monumentos.

Sobre o *tumulus* propriamente dito, supunha que «quanto mais importância tinha a pessoa sepultada, maior era a pyramide. Ao vulgo contentavam-se em o enterrar no chão razo; mas quando ali passavam os devotos, rezavam certa oração e atiravam uma pedra sobre a campa. Alguns defuntos tiveram tantas orações que chegaram a formar uma pequena pyramide, das quaes algumas chegaram aos nossos dias» (Leal, 1874: 476).

Em termos concretos, não parece que Pinho Leal tenha observado muitas antas, no terreno, uma vez que, a seu ver, estes monumentos eram constituídos por «um pedregulho, de forma mais ou menos espherica, ou oval (alguns de um tamanho que faz pasmar!) collocados sobre quatro penedos mais pequenos, que os sustentam em equilíbrio» (Leal, 1874: 476).

Por seu lado, os *cairns* seriam «uma espécie de templos, ou logares destinados para preces e orações, que cada tribu ou família formava para si (...). Construía-se da maneira seguinte: - faziam uma espécie de tanque, mais ou menos vasto, (suppõho que segundo o maior numero de pessoas que a família devia conter) da forma que lhe parecia, quadrado, oblongo, circular, etc, forravam o pavimento de calçada e guarneciam isto com uma parede de um metro de altura, pouco mais ou menos, e eis aqui cairn» (Leal, 1874: 477).

Nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, foi escavado um número razoável de monumentos megalíticos, no Alentejo Central, por investigadores como Leite de Vasconcellos, Nery Delgado, Carlos Ribeiro, Gabriel Pereira, Emile Cartailhac, Mattos Silva, Filipe Simões, entre outros.

A mais antiga referência aos menires, no Alentejo Central, deve-se precisamente a Gabriel Pereira (Pereira, 1880), que interpretou como tal um monólito, conhecido localmente como o Padrão do Mouro, localizado no concelho de Évora.

Trata-se efectivamente de um menir de secção transversal achatada, a recordar a lâmina de «um punhal gigante» (Pereira, 1880: 254), que teria sido demolido por camponeses, pouco antes da visita de reconhecimento efectuada pelo arqueólogo eborense.

O monumento relaciona-se igualmente com uma tradição, de origem renascentista, transcrita pelo padre Julião Sarmento Guião, no *Dicionário Geográfico* (Memórias Paroquiais de 1758) na Memória 204, referente à Freguesia de São Bento de Pomares: «na herdade do Garducho se acha hum vale a que dão o titulo de besteyros e no alto do mesmo vale para a parte do Sul distante trezentos paços pouco mais ou menos se acha hum pedrão hé tradição levantara Viriato em memória de huma das vitórias que alcançou o mesmo Viriato contra os romanos no mesmo vale de besteyros no simo do dito vale se acha huma fonte manacial de todo o anno de agoa excelente» (Guião, 1758).

Tudo indica que terá sido o próprio André de Resende quem, provavelmente partindo de uma interpretação imaginativa do Padrão do Mouro e empenhado na construção de uma «história» apologética de Évora, fixou o episódio das «Guerras Lusitanas» em São Bento dos Pomares, inventando, para reforçar o «facto», uma lápide nada convincente (Encarnação, 1991: 197-198).

Gabriel Pereira que, aparentemente, desconhecia a história da pretensa relação entre o menir e Viriato, estava, no entanto, consciente de que este tipo de megálito era «vulgar noutras partes» mas, ao mesmo tempo, convencido de que era «excepcional no ocidente da Península, único representante dessa espécie» (Pereira, 1880: 255); na verdade, por essa altura, conhecia-se já, a norte do Tejo, uma escassa meia dúzia de menires (Ferreira, 1864; Costa, 1868; Vilela, 1876; Silva, 1877). A sul do Tejo, só em 1891 viriam a ser publicados os primeiros menires do Algarve, os do Monte de Roma, Monte Branco e Cumeada (Veiga, 1891).

Apesar do interesse de Gabriel Pereira por um tema que, em Portugal, era, nessa altura, ainda praticamente inédito, o Padrão do

Mouro caiu, entretanto, no esquecimento; foi redescoberto e novamente publicado, por Paulo Lima (Lima, 1992), embora sem qualquer tipo de descrição ou referência bibliográfica.

Entretanto, acabou por ser só com Georg Leisner, nos anos 40 do século XX (Leisner, 1944), que o tema, ainda que de forma indirecta, voltou a receber alguma atenção. De facto, os arqueólogos alemães, Georg e Vera Leisner, apesar de terem feito um registo bastante exaustivo dos monumentos megalíticos funerários alentejanos, passaram literalmente ao lado dos menires e recintos megalíticos. As excepções são constituídas pelo menir associado ao sepulcro de Vale de Rodrigo (nº 46) e pelo recinto de Vale d'El Rei (nº 15), em Pavia, ao qual os descobridores não dedicaram nenhuma atenção especial (Leisner e Leisner, 1956).

Quanto às antas, os primeiros trabalhos sistemáticos foram levados a cabo, de forma exemplar para a época, por Virgílio Correia que concentrou os seus trabalhos na área de Pavia e os publicou em 1921. Esta obra constituiu um elemento fundamental para o conhecimento do megalitismo, na sua época, e um marco de referência para os que se lhe seguiram.

Foi provavelmente estimulado pelos resultados obtidos por este autor que, sobretudo nos anos 30 do século passado, Manuel Heleno desenvolveu o seu projecto sistemático de inventariação e estudo de monumentos megalíticos no Alentejo Central, sobretudo em áreas adjacentes àquela onde Vergílio Correia tinha trabalhado. Este trabalho ultrapassa largamente, pelo menos em termos quantitativos, tudo o que tinha sido feito até então, tendo sido escavados ou inventariados 289 monumentos, dos quais 38 se localizam no Concelho de Mora.

Este processo atingiu, no entanto, o seu apogeu com os trabalhos realizados pelo casal Leisner. De facto, os arqueólogos alemães levaram a cabo um inventário monumental nos *Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*, a sua obra de referência, infelizmente, ainda hoje, apenas disponível em alemão (Leisner, 1956; 1959), demonstrando uma grande preocupação pela documentação gráfica de estruturas e materiais, e abrangendo, pela primeira vez nessa escala, um quadro geográfico muito amplo, mas, mesmo assim, de inegável carácter regional; para além de um persistente trabalho de campo (prospecção e escavação) fizeram ainda a revisão da bibliografia disponível e de parte dos mate-

riais depositados no Museu Etnológico – alguns dos quais provenientes das escavações de Manuel Heleno mas, maioritariamente, de Vergílio Correia.

Ainda nos anos 50, Irisalva Moita (Moita, 1956) escavou alguns monumentos no Alentejo Central, mais propriamente a leste de Mora (antas do Barrocal) e a NW (antas da Tera) da povoação de Pavia nos anos de 1952 e 1953, subsidiada pelo Instituto da Alta Cultura. Esta investigadora, antiga aluna e assistente de Manuel Heleno, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi também sua colaboradora no Museu Etnológico.

Nas duas décadas seguintes, o ritmo da investigação voltou a estagnar; os novos dados – alguns de grande alcance para a contextualização do megalitismo funerário da região – resultaram sobretudo de descobertas fortuitas e intervenções avulsas.

A partir de meados dos anos 60 e, sobretudo, na primeira metade dos 70, os menires centro-alentejanos, até aí, como se viu, virtualmente invisíveis, ou quase, foram finalmente descobertos (Pina, 1971; 1976; Gonçalves, 1970; 1972; 1975; Zbyszewski *et al.*, 1977. Na área que aqui nos interessa, a equipa dos Serviços Geológicos (Zbyszewski *et al.*, 1977) publicou, entre outros, o *Recinto Megalítico do Monte das Figueiras*, o *Recinto Megalítico das Fontainhas Velhas* e o *menir do Monte da Têra, no Concelho de Mora*.

Também na década de 70, em reacção contra o pessimismo dos ilustres megalitistas alemães – que afirmaram que «mesmo nas regiões de maior abundância de antas, quase nunca se encontraram, até hoje, vestígios de habitações do povo megalítico» (Leisner e Leisner, 1951: 17), o que seria um indicador de uma economia «pastoril» e «parcialmente nómada» –, regressou, timidamente, o tema dos povoados dos construtores de antas, embora ainda sem grandes consequências práticas (Ventura, 1970; Arnaud, 1971).

Na verdade, tratava-se exclusivamente de povoados calcolíticos, e a correlação directa com o megalitismo funerário foi, como tinha sido com Vergílio Correia ou com Manuel Heleno, demasiado precipitada e simplista.

A partir dos finais dos anos 80 do séc. XX, os estudos sobre o megalitismo regional conheceram um novo impulso, com a criação de diversas equipas de trabalho um pouco por todo o Alentejo.

No que diz respeito ao contexto arqueológico em que, genericamente, se enquadra o megalitismo funerário, houve ainda, recentemente, um número razoável de escavações pontuais em povoados neolíticos e calcolíticos, no Alentejo Central.

Quanto ao megalitismo não funerário na região centro-alentejana, foram efectuadas, desde os meados dos anos 80, várias escavações, dirigidas por Mário V. Gomes, nos menires da Pedra Longa, Cuncos, Perdigões, Almendres, Portela de Mogos, Vidigueiras e Barrocal (Gomes, 1986, 1989, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d, 2000a, 2000b, 2002) e outras, a partir de meados dos anos 90, dirigidas por Manuel Calado, nos menires de Vale Maria do Meio, São Sebastião, Tojal e Monte do Tojal (Calado, 1997a, 2000b, 2003, 2004).

Os autores do presente trabalho identificaram, em 1996, em Pavia, o Alinhamento da Tera, monumento, que, como veremos, se encontrava associado a uma necrópole da Primeira Idade do Ferro, e para o qual não se conhece nenhum paralelo bem definido, na Península Ibérica. As escavações subsequentes, primeiro no alinhamento e, posteriormente, na necrópole, foram dirigidas por Leonor Rocha.

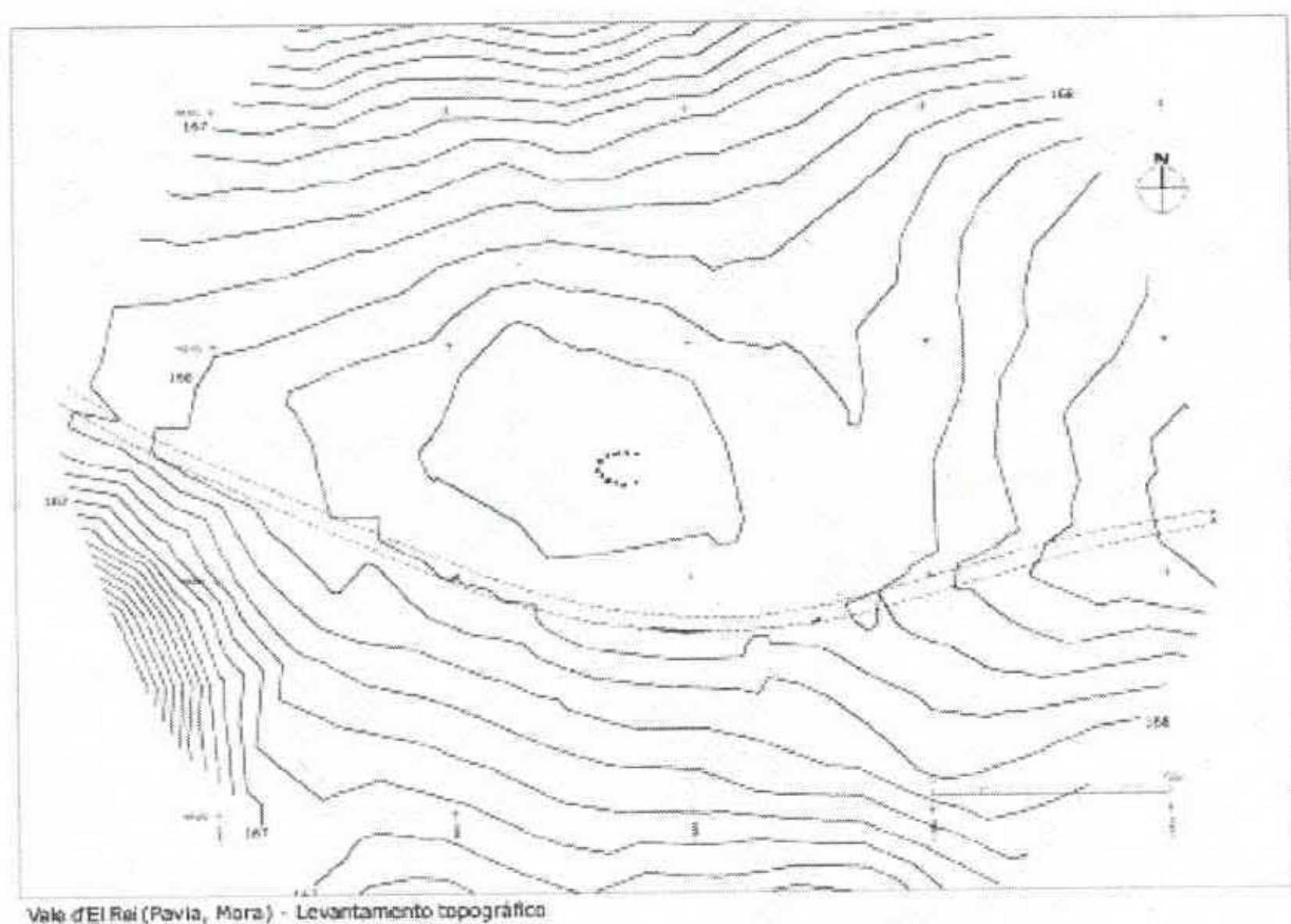
No concelho de Mora dirigimos ainda, em 2001, a escavação do recinto megalítico de Vale d'El Rei e, em 2005, do das Fontainhas Velhas; neste contexto, foram efectuadas prospecções que conduziram, entre outros aspectos, à identificação, junto a Mora, de um povoado do Neolítico Antigo/Médio, aparentemente o mais antigo identificado, até ao presente, nesta área.

Para além das escavações, a região foi, no decurso dos últimos anos, objecto de diversos projectos de prospecção/revisão arqueológica, direccionados quase exclusivamente para o estudo do megalitismo (Oliveira, 2001; Calado, 2003; 2004; Rocha, 1999, 2005) que, no conjunto, alteraram significativamente os termos de referência do megalitismo funerário regional, com um acréscimo significativo na base de dados disponível e, sobretudo, com um crescimento exponencial do número de sítios de *habitat* e de outros tipos de monumentos e sítios relacionáveis com o tema.

2. As escavações recentes

2.1. Vale d'El Rei

O recinto megalítico de Vale d'El Rei, também conhecido por cromeleque do Monte das Figueiras foi, pela primeira vez, dado a conhecer, nos anos 50 do século XX, pelos arqueólogos alemães, Georg e Vera Leisner (1956).

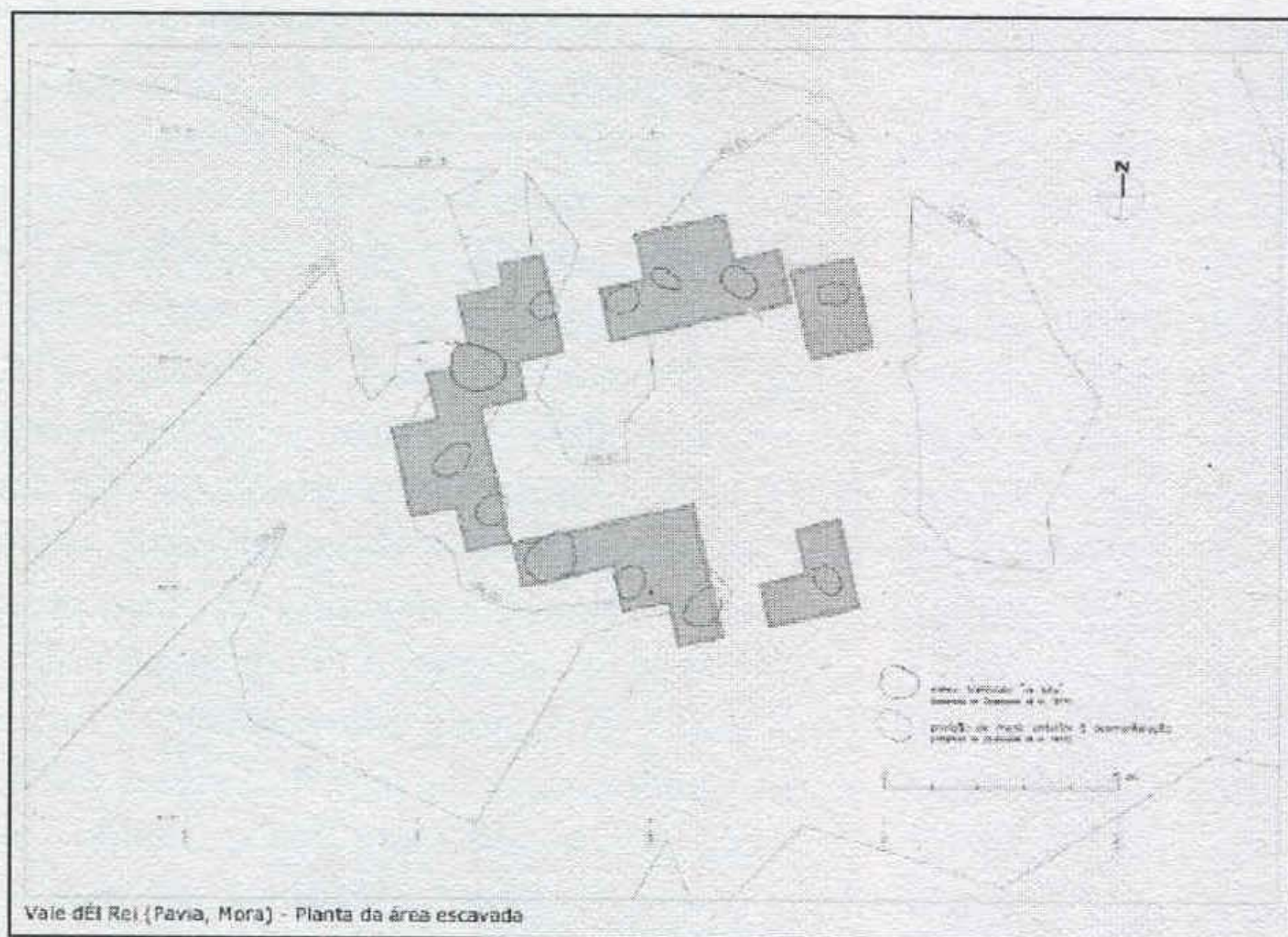


Planta de enquadramento do recinto de Vale d'El Rei.

O trabalho dos Leisner incidiu, já referimos, quase exclusivamente sobre o estudo das sepulturas megalíticas, pelo que a referência ao recinto de Vale d'El Rei constitui uma exceção, relegada, aliás, para uma espécie de apêndice, onde foram reunidos monumentos de diversas índoles (tanto em termos morfológicos como cronológicos) tendo, como denominador comum, um certo «ar» megalítico.

Embora, no texto, o recinto tenha merecido apenas uma breve menção, os autores entenderam por bem incluir no trabalho, para além de uma planta pouco rigorosa, uma excelente fotografia do local.

De resto, essa referência passou de tal forma despercebida que, nos anos 70, a equipa dos Serviços Geológicos de Portugal voltou a «descobrir» o monumento, rebaptizado, desta vez, como cromeleque do Monte das Figueiras (Zbyszewski *et al.*, 1977). Esta equipa publicou também algumas fotografias e uma nova planta do recinto, agora de forma suficientemente rigorosa.

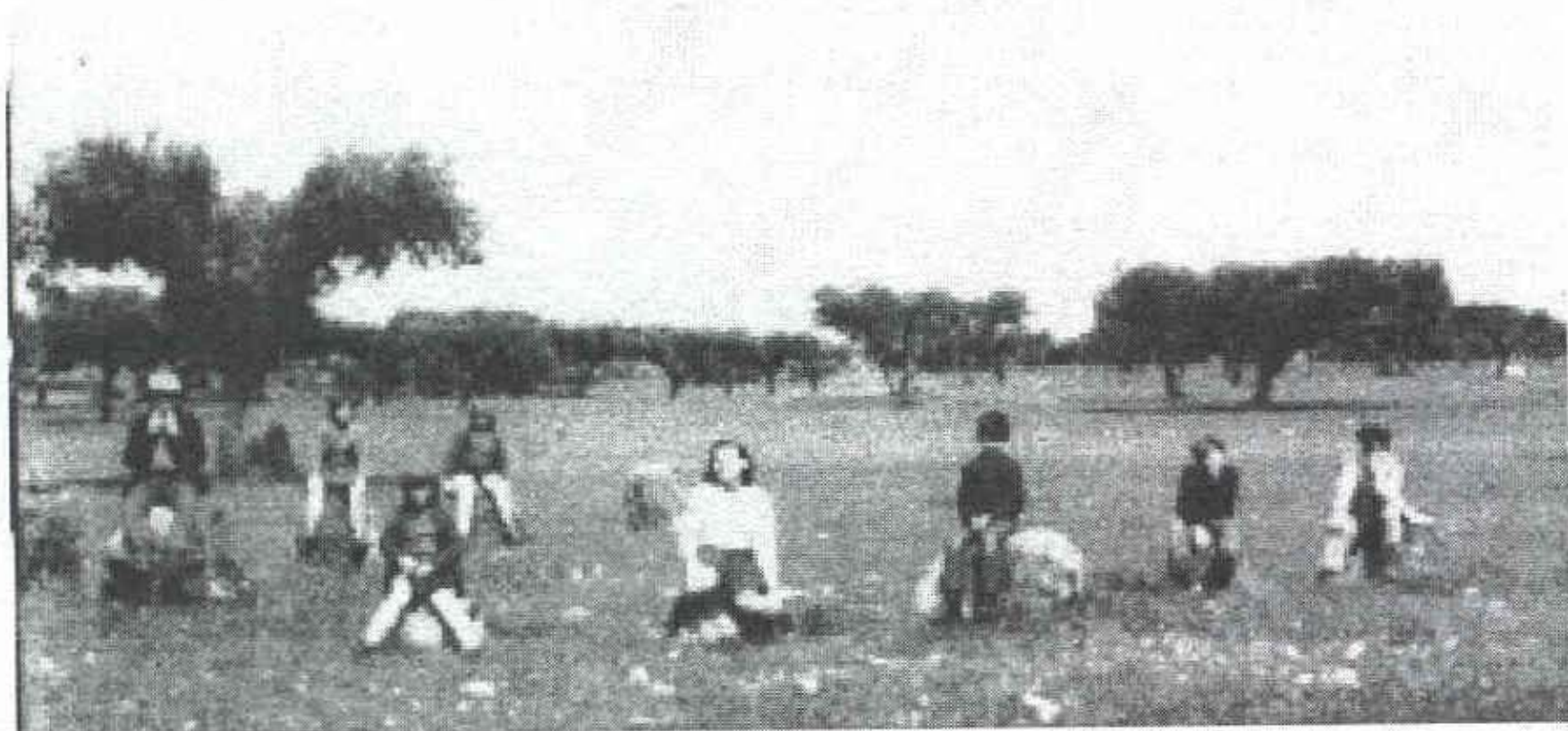


Planta da escavação do recinto de Vale d'El Rei.

Apesar de o monumento ser conhecido e, até certo ponto, protegido pela família Mexia, proprietária da herdade, em finais dos anos 70, um rendeiro procedeu, de moto próprio, à desmontagem e amontoamento dos doze menires que o constituíam, com a finalidade de libertar o terreno e facilitar as lavouras.

Os objectivos da escavação, efectuada no Verão de 2000, centraram-se na obtenção de artefactos e, eventualmente, ecofactos que permitissem contextualizar o monumento, assim como das evidências estruturais necessárias para a subsequente recuperação da sua forma original.

As plantas e as fotografias do recinto de Vale d'El Rei, antes de ter sido desmantelado, constituíram o ponto de partida para as decisões sobre onde escavar; tivemos, para além do material publicado, acesso a algumas fotos do arquivo pessoal dos proprietários da herdade.



O recinto de Vale d'El Rei, nos anos 60 do século XX.

Através de recolha de informação oral, foi possível, antes da escavação, concluir que os trabalhos agrícolas, posteriores à destruição do recinto, tinham sido apenas muito superficiais, sendo, por isso, muito pouco provável que os alvéolos dos menires tivessem sido seriamente afectados; por outro lado, partimos do princípio de que, por razões práticas (economia de meios), pelo menos um dos menires não deveria ter sido arrancado e de que os restantes teriam sido acumulados por cima dele.

Observando o amontoado de menires, havia efectivamente um que parecia ilustrar essa suposição: era o único que aparecia inclinado e, aparentemente, com a base semienterrada, pelo que só restava identificá-lo, na planta, entre os doze que originalmente integravam o monumento.

Foi o facto de um dos informadores se recordar da existência, antes da destruição, de um arbusto (murteira) que ainda existe actualmente junto do menir inclinado, que permitiu, com relativa

segurança, resolver a questão. De facto, as fotografias antigas onde o arbusto aparecia visível, levaram-nos a identificá-lo como o menir 7 (da numeração proposta por Zbyszewski *et al.*, 1977).

Procurámos, com base na planta publicada pelos investigadores dos Serviços Geológicos de Portugal, implantar uma malha de escavação e, dentro dela, definir as áreas a escavar, em função da posição aproximada que deveriam ocupar os alvéolos dos menires.

Foi, assim, possível rentabilizar os limitados meios disponíveis e efectuar uma escavação meticulosa, com crivagem integral das terras escavadas, o que permitiu reunir um pequeno conjunto coerente de artefactos, provavelmente relacionáveis com a utilização do monumento.

O recinto de Vale d'El Rei destaca-se, no conjunto dos recintos do Alentejo Central, pelo facto de ser o único cuja planta se conservou integralmente até aos nossos dias (mesmo tendo sofrido, extemporaneamente, as agressões acima referidas).

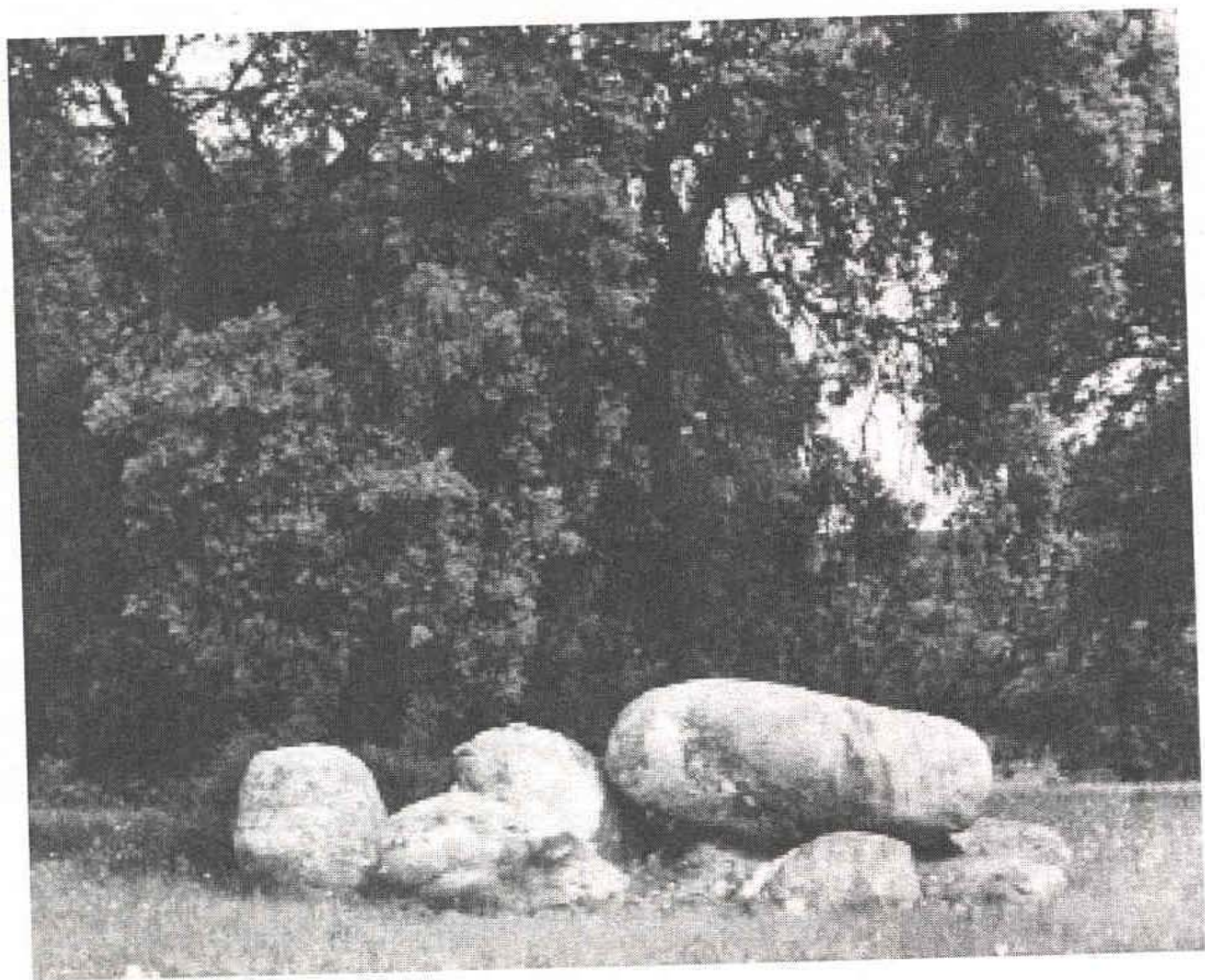
Os outros monumentos da região apresentam lacunas difíceis de colmatar (resultantes, em geral, de amputações antigas) para além de graus de complexidade formal totalmente distintos deste.

Como já referimos, os restantes «cromeleques» alentejanos foram, logo desde a descoberta dos Almendres, interpretados como recintos fechados (ovais ou circulares), sendo as lacunas, sistematicamente observadas no lado nascente, lidas como o resultado de amputações; no entanto, a integridade da planta em ferradura do Vale d'El Rei nunca foi posta em causa, nem seria lógico fazê-lo, atendendo ao grau de conservação do conjunto.

As dimensões são outro pormenor que afasta o sítio de Vale d'El Rei da maioria dos seus congéneres, numa escala regional. De facto, não temos qualquer informação fidedigna sobre as verdadeiras dimensões de alguns dos recintos mal conservados e/ou que nunca foram objecto de escavação, como são os casos do Monte da Ribeira (Reguengos de Monsaraz), do Alminho (Ponte de Sôr) ou do Torão (Elvas), todos eles pequenos e, segundo cremos, periféricos em relação ao «núcleo duro» dos arredores de Évora.

Esse carácter periférico pode, aliás, ajudar a explicar as dimensões e a pureza formal do Vale d'El Rei e relaciona-se, eventualmente, com a escassez de vestígios de povoamento do Neolítico Antigo/Médio, na área de Pavia, em contraste com o que se verifica na área de Évora.

Outro aspecto, muito *sui generis*, deste monumento diz respeito ao padrão de implantação; a escolha do local obedeceu, sem dúvida, a uma lógica diferente daquela que subjaz aos recintos de Évora e Montemor-o-Novo, por exemplo. Nota-se, em todo o caso, um ajustamento muito cuidadoso ao terreno e uma orientação equino-cial muito clara.



Aspecto do monumento depois do desmantelamento.

Recorde-se, finalmente, que o recinto de Vale d'El Rei se enquadra numa área restrita de grande riqueza megalítica, com monumentos funerários (sepulturas protomegalíticas e antas de várias dimensões) pré-históricos, assim como com um monumento, sem qualquer paralelo conhecido, constituído por um alinhamento de menires e um *tumulus* funerário, com menires, que também foi recentemente escavado e datado da Primeira Idade do Ferro (Rocha, 1999).

A escavação do recinto de Vale d'El Rei permitiu obter dados suficientes para, na sequência da colagem/restauro dos monólitos, se poder avançar com o processo de restauro do monumento: foram localizados e escavados todos os alvéolos dos doze menires e foi igualmente possível reunir grande parte dos fragmentos de seis menires fracturados, todos eles com troços da base ainda enterrados *in situ*; destes, o pior conservado é o menir 8 que, por se encontrar demasiado amputado, não foi passível de restauro.

Os dados de carácter cronológico são escassos e limitam-se a um conjunto de artefactos líticos e cerâmicos que apontam, sobretudo para o Neolítico Final (cerâmica carenada, ponta de seta); a relativa abundância de sílex sugere, em todo o caso, uma maior antiguidade, possibilidade que é também sugerida pela presença de uma lamela; destaca-se o facto de não terem sido recolhidos quaisquer artefactos dentro dos alvéolos intactos dos menires, à semelhança dos resultados obtidos nos outros recintos megalíticos estudados, nos últimos anos, na região; os materiais provêm exclusivamente das terras exteriores aos alvéolos, pelo que devem ser interpretados como correspondendo à utilização do monumento e não, necessariamente, à sua construção.

Em todo o caso, e em consonância com os resultados obtidos em monumentos análogos, confirma-se aqui o carácter não habitacional dos recintos, com base na quantidade e no padrão dos conjuntos artefactuais, em contraste com o que parece ocorrer, com carácter mais ou menos sistemático, nos menires algarvios.

2.2. Os menires das Fontainhas

A publicação do monumento das Fontainhas, na sequência da descoberta do monumento (Zbyszewski *et al.*, 1977), incluiu apenas os cinco monólitos que constituem os restos do recinto megalítico; no entanto, numa das visitas que, nos últimos anos, fizemos ao monumento, detectámos dois novos monólitos, ambos tombados, com alguma inclinação, e localizados, um deles, a cerca de uma dezena de metros (menir 7) do recinto, enquanto o outro, o menir 8, se localizava a cerca de 70 metros do conjunto.

A escavação teve como objectivos, por um lado, a identificação dos alvéolos dos menires visíveis e, naturalmente, a eventual detecção dos

alvéolos dos presumíveis menires em falta; por outro lado, procuraram obter-se elementos que permitissem uma melhor caracterização cronológica e cultural, nomeadamente artefactos e ecofactos conservados.

O facto de os menires se encontrarem ainda parcialmente erectos é um aspecto pouco usual nos menires alentejanos; este aspecto deve-se, provavelmente, ao tipo de geologia em que o menir se implanta: trata-se, na verdade, do primeiro monumento deste tipo, que foi escavado e em que o substrato geológico é constituído por areias.



Aspecto da reimplantação do menhir 8.

Quanto aos artefactos recolhidos, embora em contextos estratigráficos perturbados, destaca-se a presença de lamelas, restos de talhe de sílex e, sobretudo, micrólitos geométricos (trapézios) e dois conjuntos, ambos com fragmentos em conexão, de fragmentos de vasos decorados com incisões cruzadas obliquamente e com decoração plástica, nomeadamente uma asa com botão. Surgiram ainda vários fragmentos dispersos de cerâmica tipologicamente afim. Trata-se de materiais que remetem claramente para o Neolítico Antigo/Médio regional.

Foram igualmente recolhidos dois fragmentos de taças carenadas, cuja tipologia sugere contextos do Calcolítico Final ou Bronze Antigo, e que têm paralelos muito sugestivos no recinto da Portela de Mogos e no par de menires de São Sebastião, ambos nos arredores de Évora (Calado, 2004).

Por outro lado, junto ao fragmento tombado do menir central (menir 1) foi escavada uma fossa alongada, preenchida com terra acinzentada, muito orgânica, semelhante à que compõe a UE 0, e que contém cerâmicas de roda, de cronologia ainda mal definida e junto à qual foram recolhidas moedas da época romana. Pode tratar-se de uma violação levada a cabo por eventuais pesquisadores de tesouros ou mesmo uma sondagem de diagnóstico feita por arqueólogos, embora nada tenha sido publicado que permita atestá-lo; no entanto, um dos populares que visitou a escavação referiu-nos que uns «professores» tinham efectuado escavações no recinto, nos finais dos anos 60 ou inícios dos 70 do séc. XX.

Mais sugestiva, no entanto, é a possibilidade de esta depressão se relacionar com o uso ritual do sítio em época romana, eventualmente de tipo funerário.

Foi feita uma inspecção nocturna, com utilização de luz rasante, nos menires que compõem o recinto; esta operação permitiu identificar gravuras, em baixo-relevo, representando um báculo e um crescente, no menir 2. Trata-se de dois dos temas mais frequentes nos menires alentejanos, embora, neste caso, estejam organizados de uma forma ainda não documentada.

Junto ao menir 8, foi, paralelamente, aberta uma área com 6 m², cujos resultados permitiram confirmar que esse menir estava efectivamente tombado *in situ*, com um alvéolo muito bem conservado. Esta descoberta ampliou significativamente o monumento, uma vez que o recinto e o menir isolado constituem, evidentemente, um conjunto coerente; esta observação é, aliás, confirmada pelo alinhamento de ambos com a pausa maior da Lua.

Quanto ao menir 7, a confirmação foi menos categórica, uma vez que se baseou apenas no facto de o menir se encontrar inclinado de uma forma muito característica, com a base ainda no alvéolo, mas sem estruturas de implantação confirmadas.

Outra novidade curiosa foi a descoberta de meia dúzia de elementos de mós manuais, integrados na estrutura de implantação do menir 8.

A utilização de mós como calces dos menires já havia sido observada nas escavações dos recintos de Évora (Almendres, Vale Maria do Meio e Portela de Mogos), embora sem a expressão aqui apresentada. A questão da utilização ritual das mós na construção de monumentos megalíticos, levantada em diversos contextos, parece aqui muito pertinente.

Finalmente, foram efectuadas prospecções com a finalidade de identificar as possíveis fontes de matéria-prima para a construção do recinto; de facto, a pouco mais de 1 km, para leste, existem afloramentos graníticos com formas meniróides.

Foram, finalmente, detectados os restos de estruturas de implantação de dois menires em falta, no espaço entre os menires 5 e 6; surgiram, igualmente, mais algumas ligeiras evidências de coroas pétreas, nos menires ainda erectos. Por outro lado, a remoção do menir 6 e a escavação da área subjacente permitiuram recuperar também restos mal conservados, mas inequívocos, da respectiva estrutura de implantação.

O conjunto dos trabalhos permitiu confirmar a ausência de estratigrafias pré-históricas intactas, exceptuando, naturalmente, as estruturas de implantação dos menires. A U. E. 1 continha, efectivamente, embalados num sedimento mais ou menos homogéneo, de cor amarelada, materiais de diferentes épocas, embora, em termos gerais, com um aumento relativo dos materiais pré-históricos nas cotas mais baixas.

A escavação junto dos menires semierectos (menir 1, o menir central, menir 2, o segundo maior do conjunto, e, no sentido dos ponteiros do relógio, os menires 3, 4 e 5) permitiu verificar duas situações distintas: na base do menir 1 não se conservaram quaisquer vestígios de estrutura pétrea, e no menir 2 apenas sobreviveram escassos indícios; pelo contrário, nos restantes, foram detectadas restos de estruturas relativamente bem conservados, constituindo anéis de blocos de pequenas e médias dimensões, entre os quais, sobretudo no menir 4, vários fragmentos de mós manuais/polidores.

Confirma-se, assim, a perturbação dos depósitos arqueológicos até quase à base dos menires, tendo sido, neste processo, afectado o próprio substrato geológico original.

Esta homogeneização estratigráfica resultou certamente de uma acção cruzada dos trabalhos agrícolas, das raízes das árvores (de que observámos exemplos recentes), das tocas dos animais, etc.

Nas proximidades do menir central foi recolhida mais uma moeda romana, reforçando uma presença cujo carácter ritual (funerário ou outro) parece o mais ajustado.

Por último, importa assinalar que as prospecções tiveram resultados importantes, no que diz respeito ao povoamento relacionável com a concepção e construção do monumento das Fontainhas.

Foi, efectivamente, identificada uma extensa área de *habitat*, sobranceira à ribeira do Raia, numa rechã alongada, que constitui um degrau entre as cotas mais altas, a leste, e as várzeas muito aplanadas e férteis que marginam aquele curso de água.

A dispersão de materiais ocorre ao longo de cerca de 500 m de extensão, tendo sido recolhidos bordos simples, mós, percutores e sílex, assim como um fragmento de cerâmica decorada com caneluras, semelhante a uma outra recolhida no recinto megalítico.

Foram também identificados, nessa área, restos de monumentos funerários megalíticos/protomegalíticos muito afectados, alguns dos quais parecem corresponder aos três exemplares escavados por Irisalva Moita, nos anos 50 do séc. XX, e referenciados como sepultura 1 e 2 da Barroca e anta da Barroca.

Uma dessas sepulturas foi, na última década, cortada por um troço de estrada que rectificou uma curva da estrada antiga.

2.3. O alinhamento e necrópole do Monte da Tera

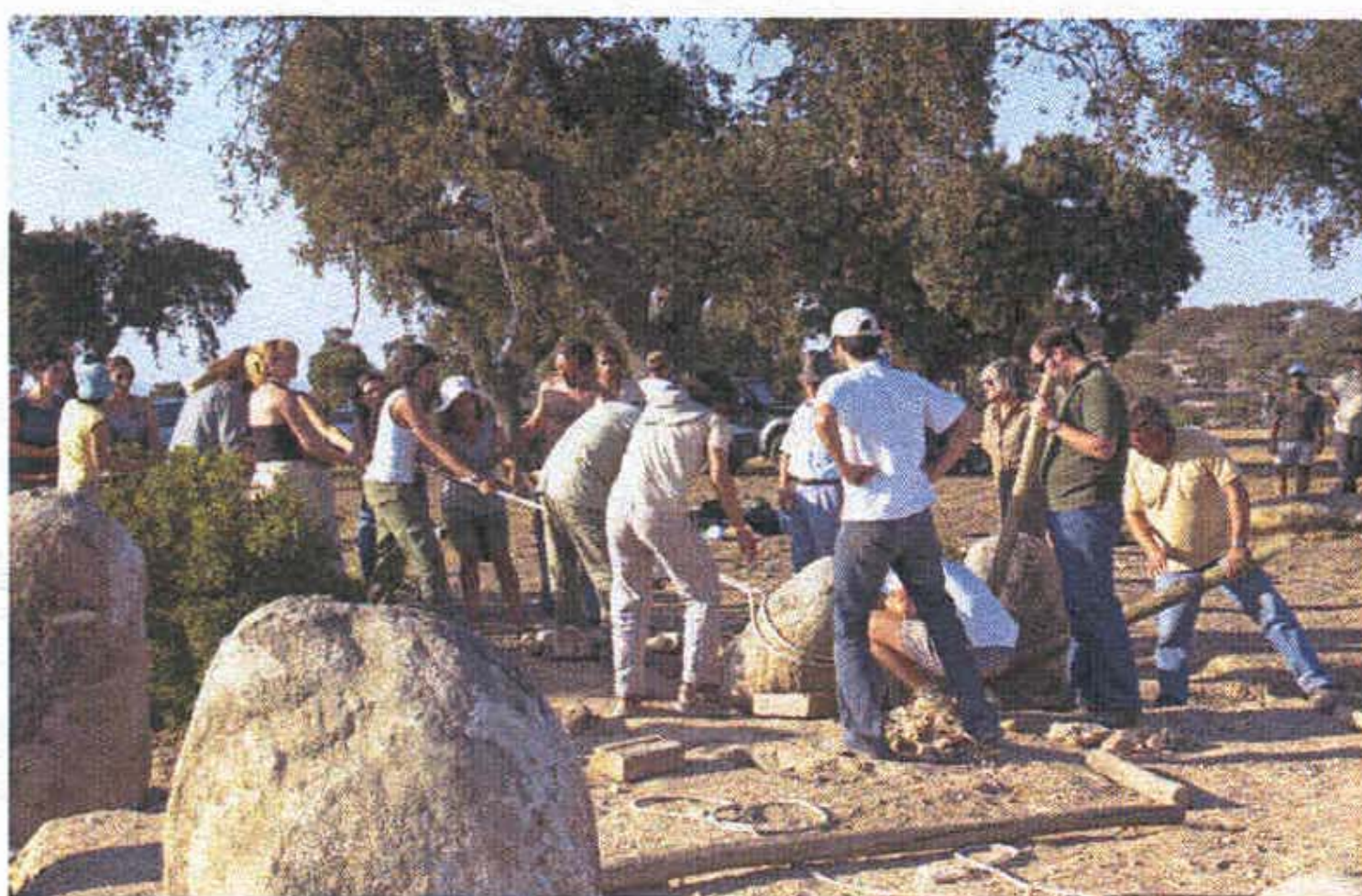
No Alentejo Central, o monumento menírico cuja cronologia parece, actualmente, melhor estabelecida é precisamente o alinhamento da Tera, em Pavia (Rocha, 1996, 1997, 1999, 2000a, 2000b, 2003). Trata-se, aliás, do único alinhamento bem documentado na Península Ibérica, aspecto que, desde logo, permitiu atribuir-lhe algum carácter excepcional; mesmo assim, quando foi descoberto, foi, naturalmente, considerado um monumento pré-histórico, aparentado com os que, por essa altura, já eram conhecidos na área



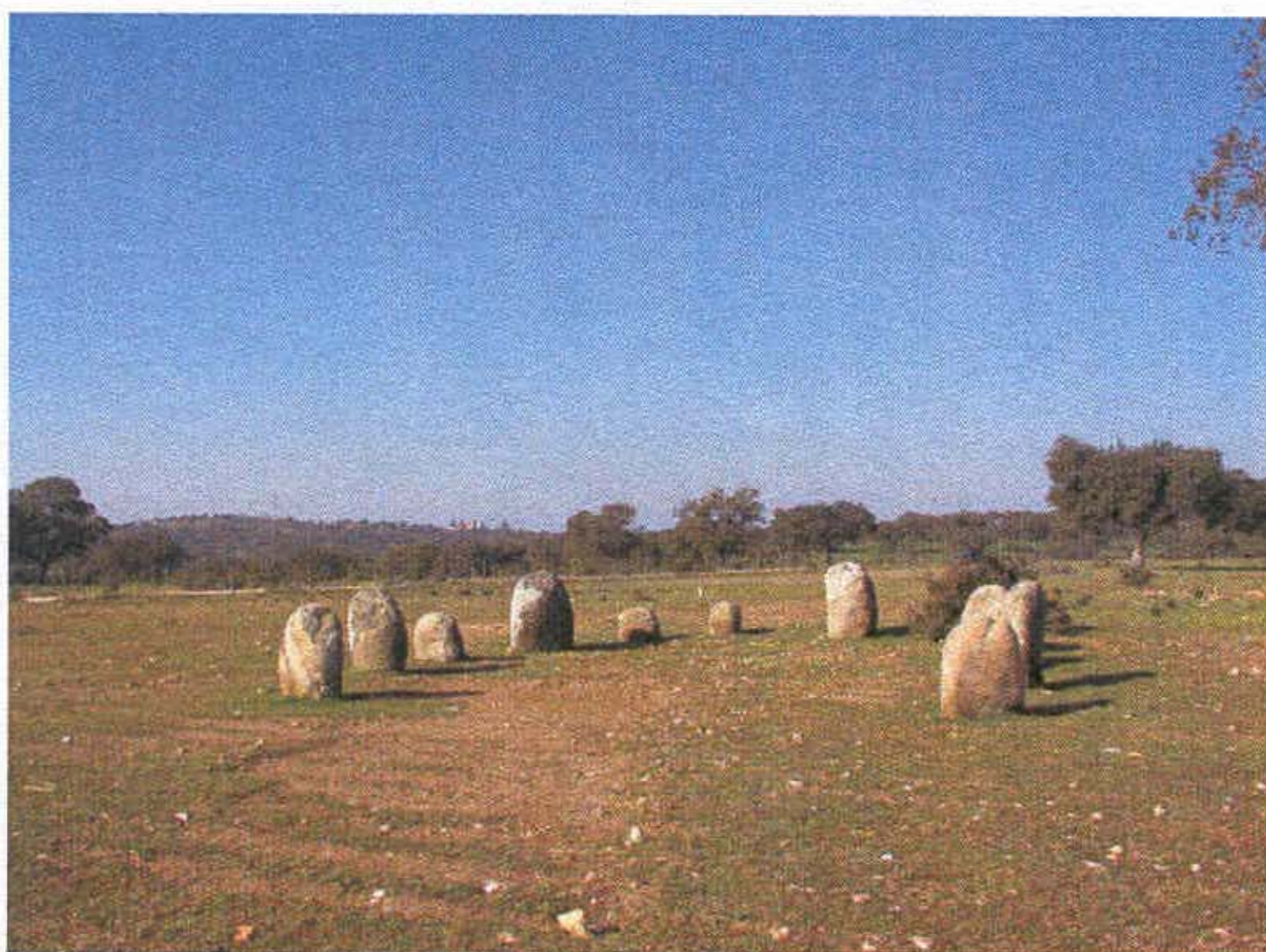
Alvéolo do menir 2, com fragmento do monólito in situ.



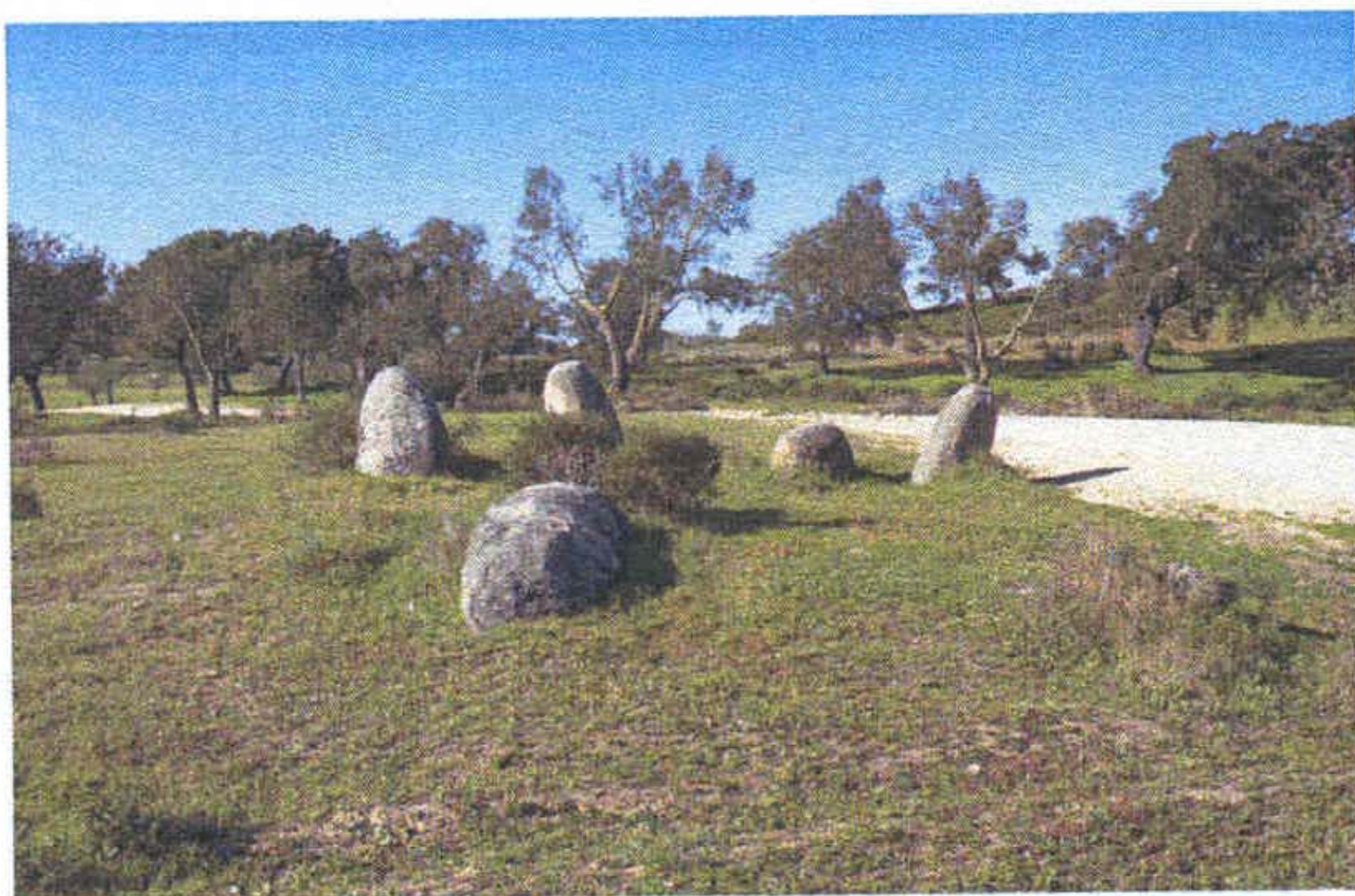
Aspecto do megaconcerto do recinto de Vale d'El Rei.



Aspecto do megaconserto do recinto de Vale d'El Rei.



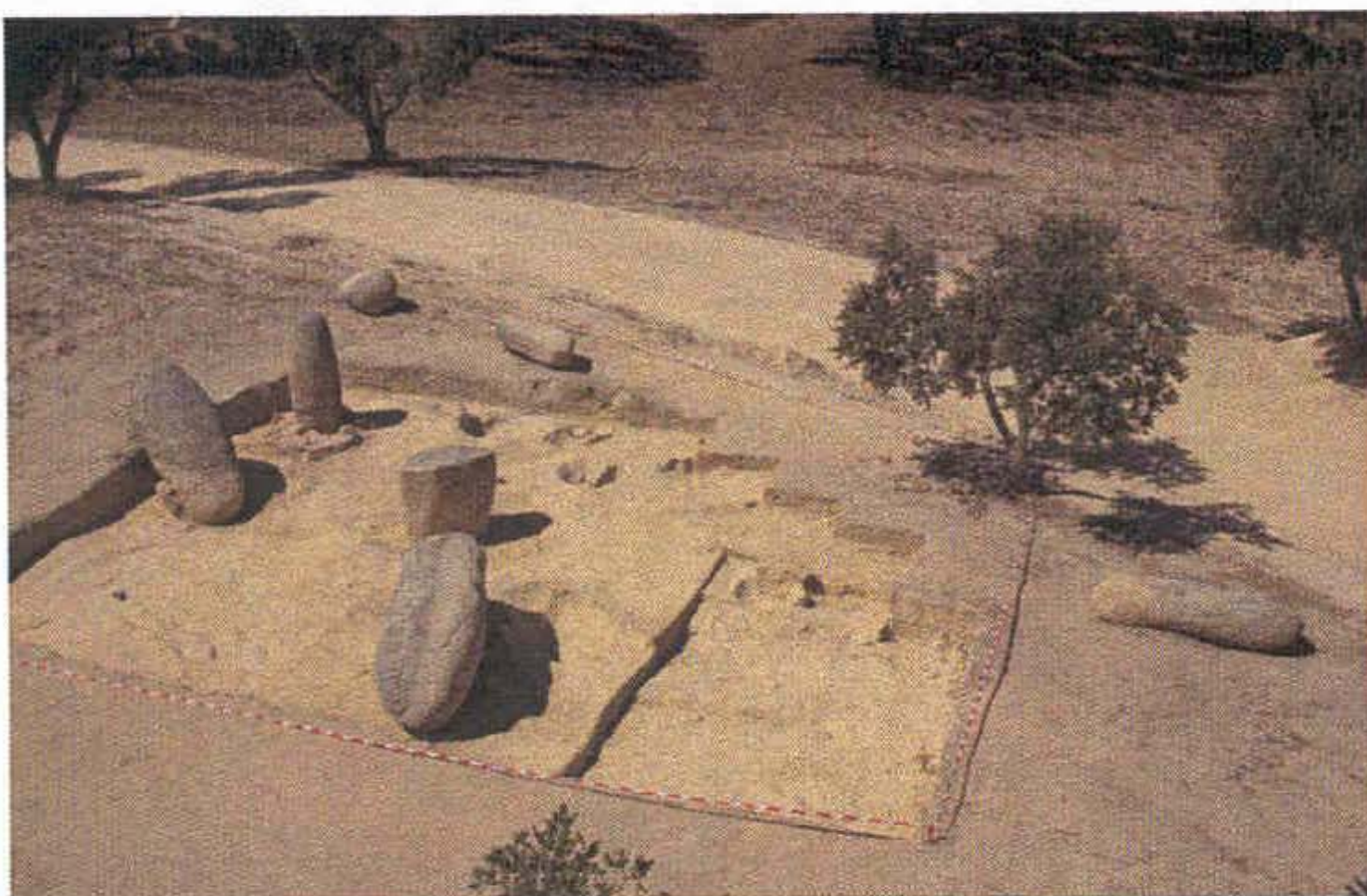
O monumento de Vale d'El Rei após o restauro.



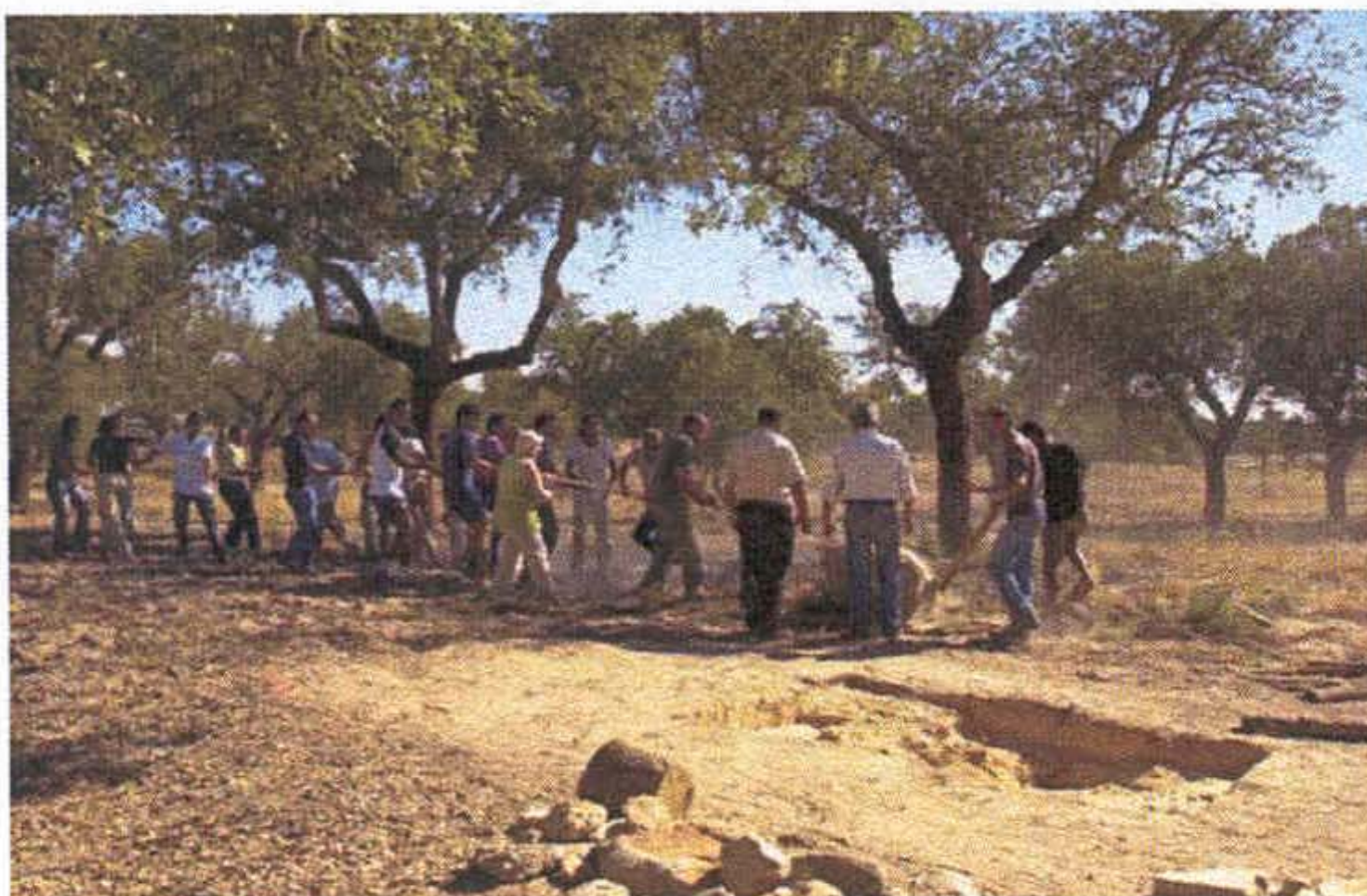
O recinto das Fontainhas, antes da escavação.



O recinto das Fontainhas, após a limpeza do terreno.



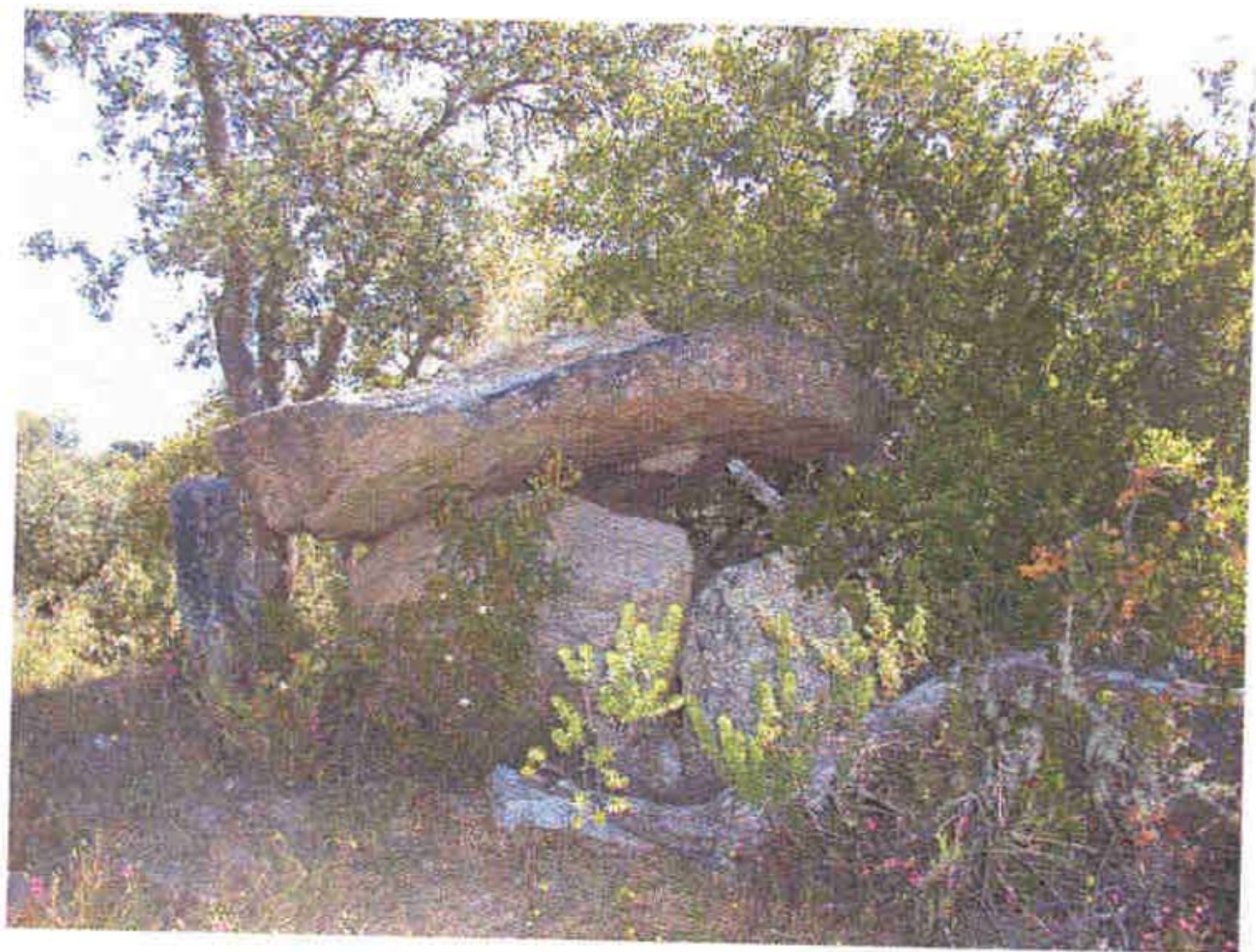
O recinto das Fontainhas, em fase de escavação.



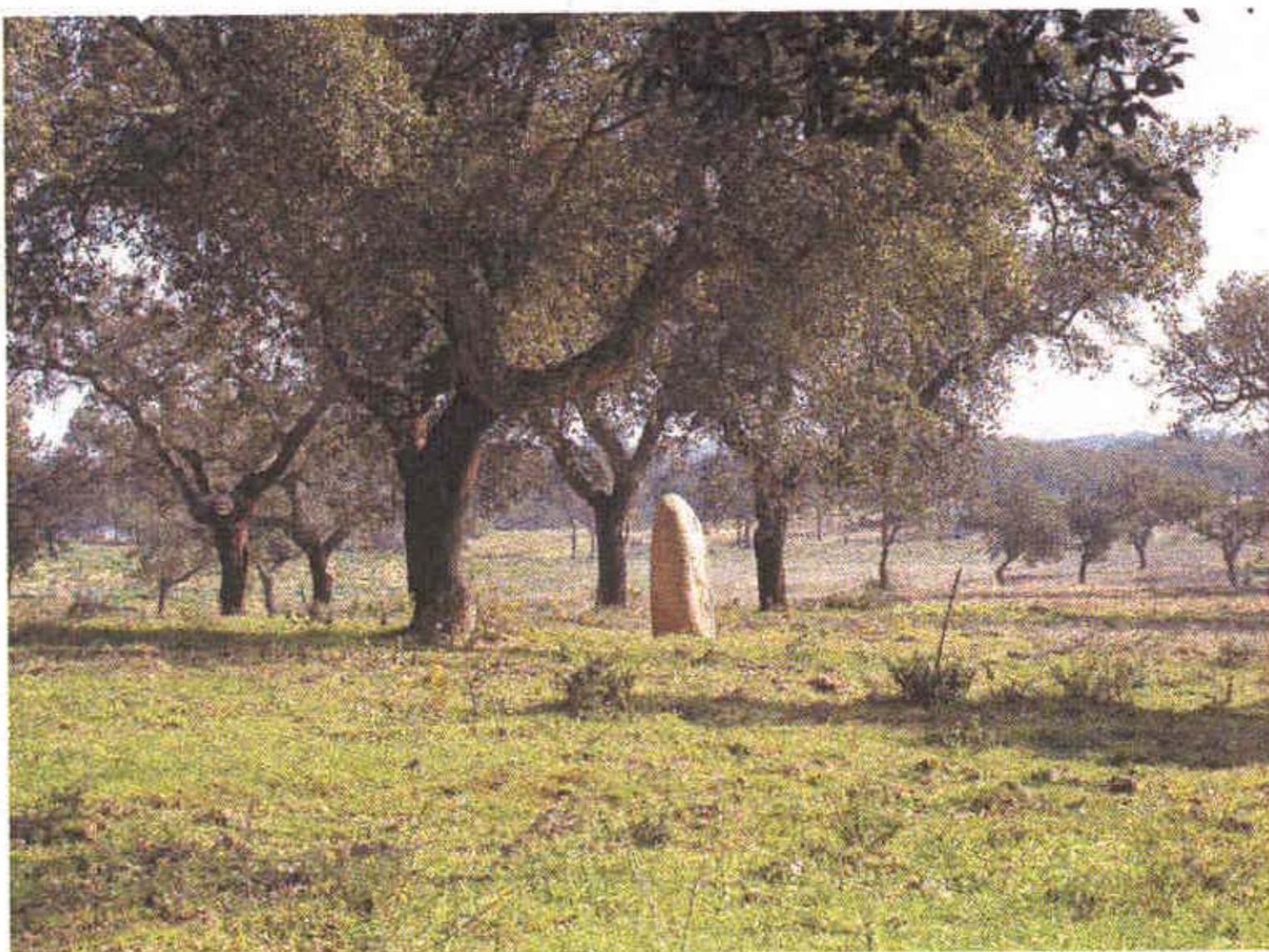
Aspecto da reimplantação do menir 8.



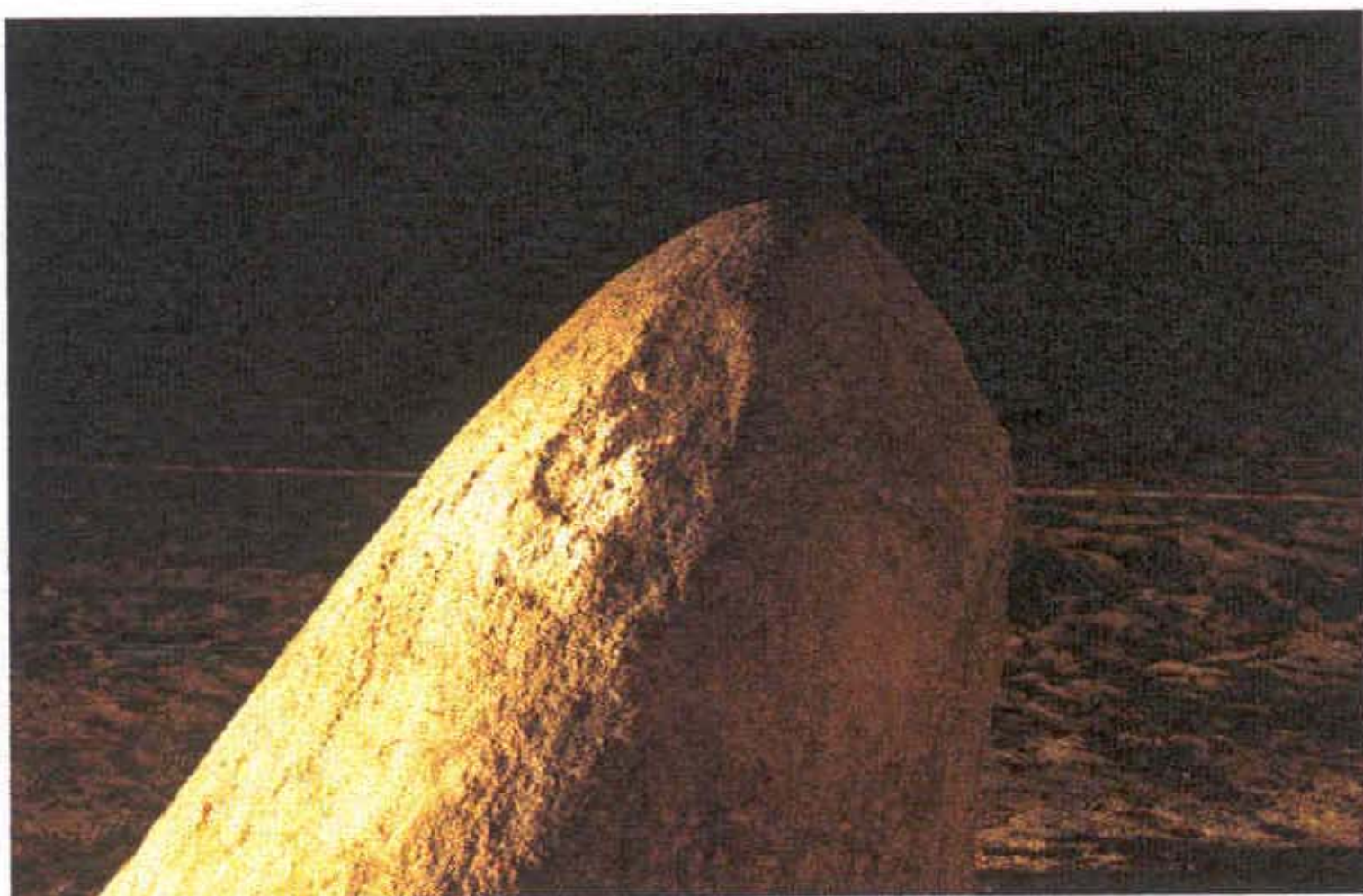
Anta 2ª de Santa Cruz.



Anta de Alcarou de Baixo 1.



O menir 8 após o restauro.



As gravuras do menir (báculo e crescente lunar).



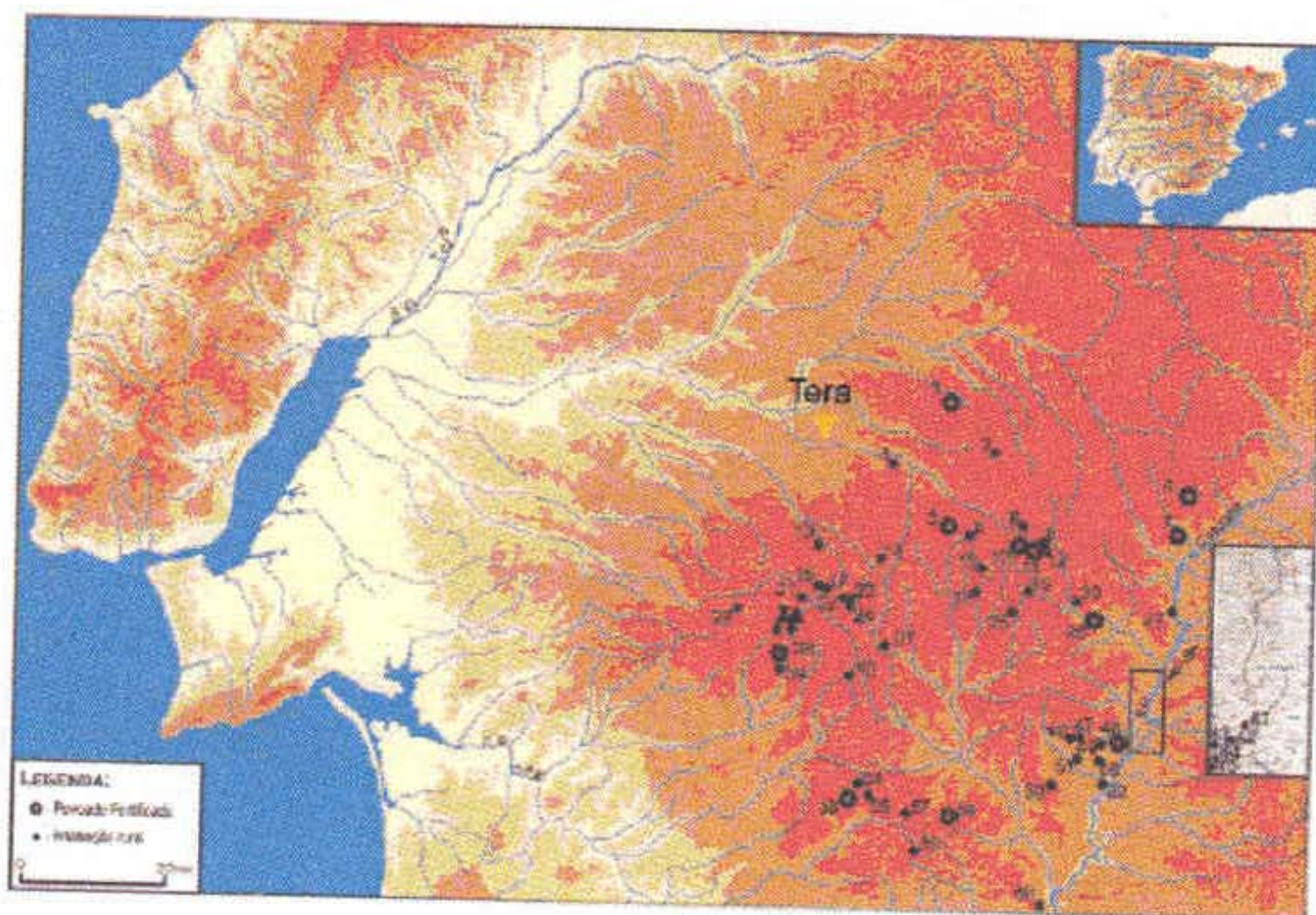
O alinhamento de Tera, após o restauro.



Aspecto da escavação da área da necrópole.

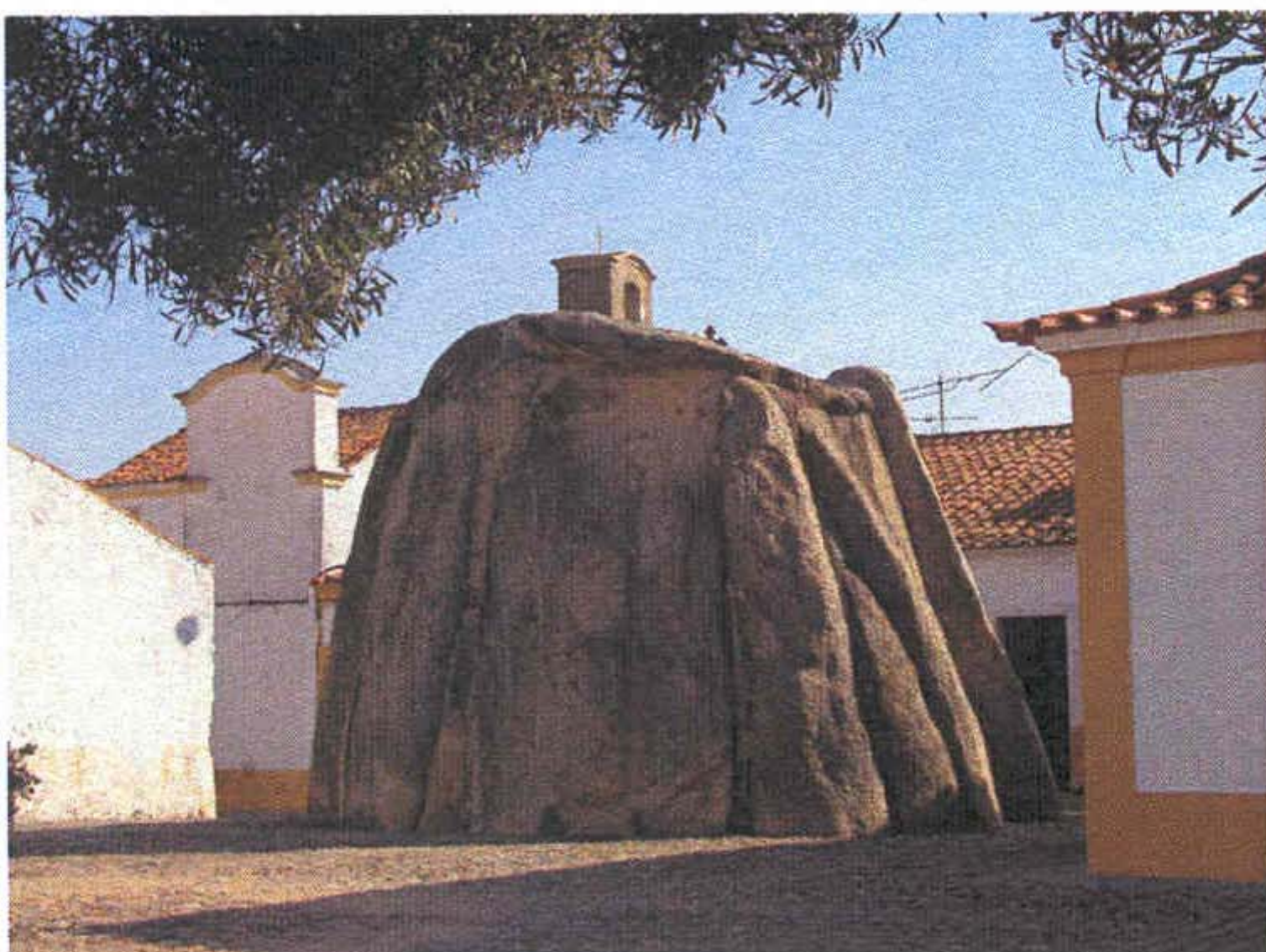


Urna cinerária recolhida na necrópole.

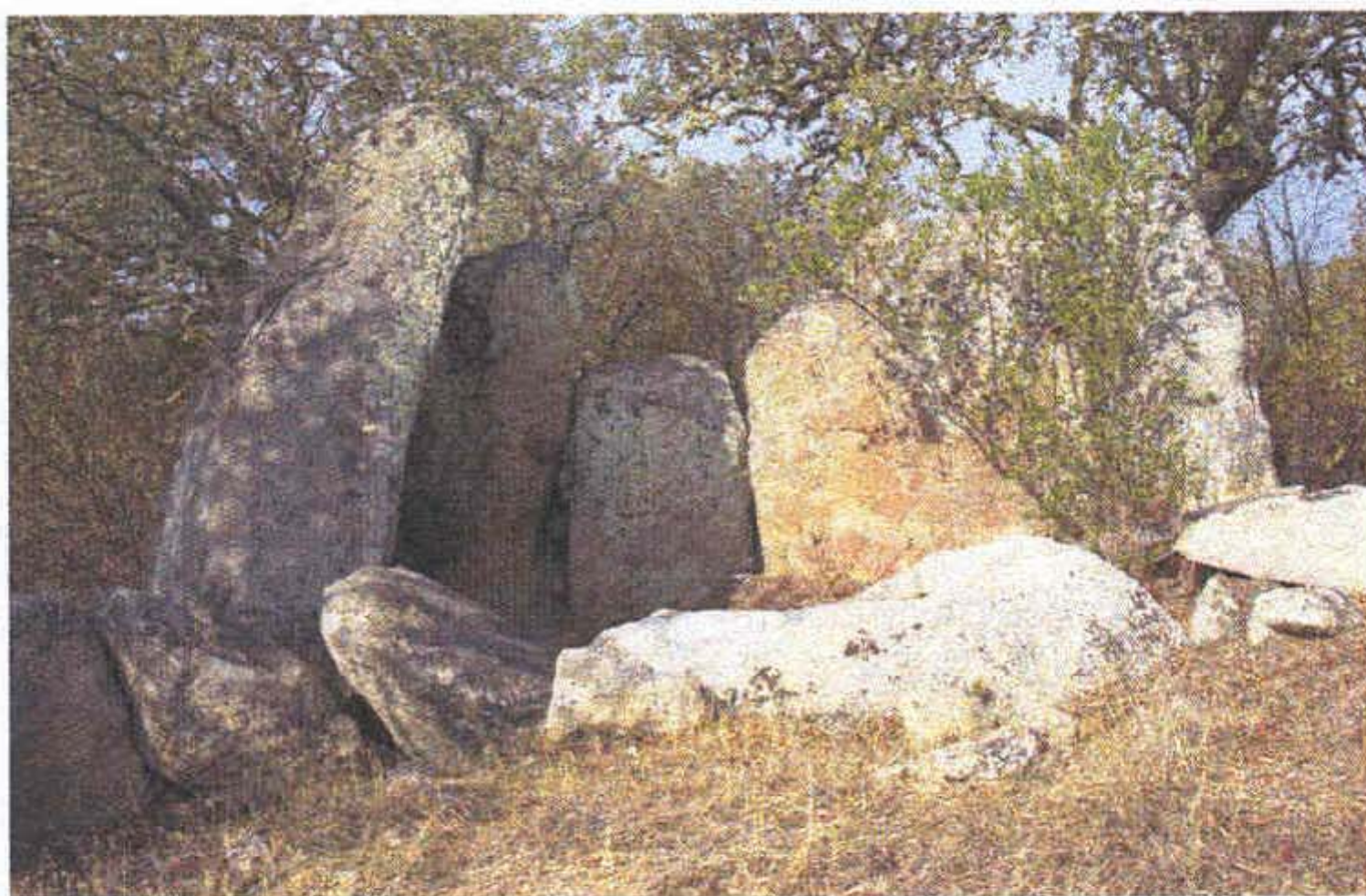


Mapa do povoamento proto-histórico do Alentejo Central, com destaque para o sítio da Tera.

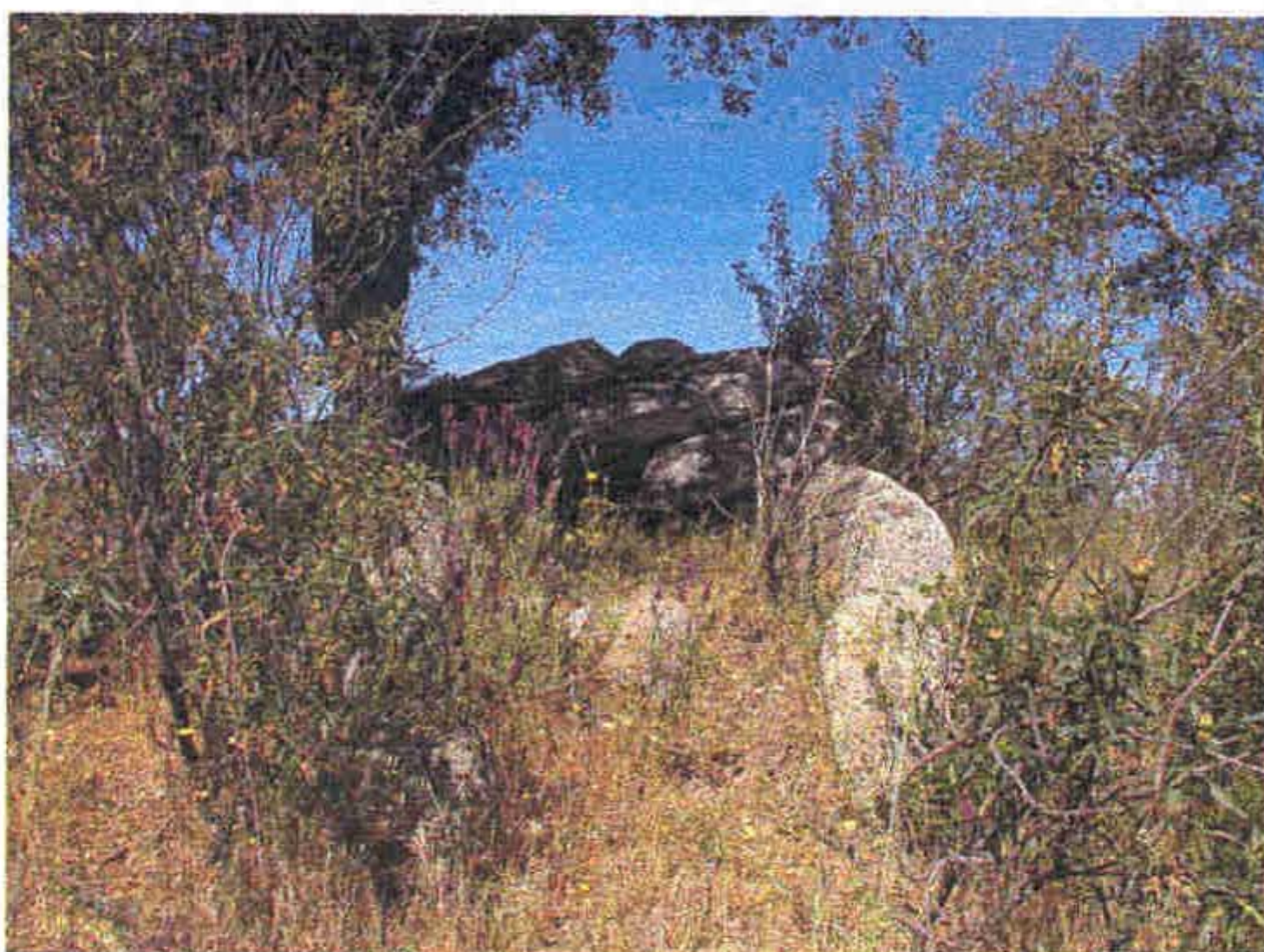
3.



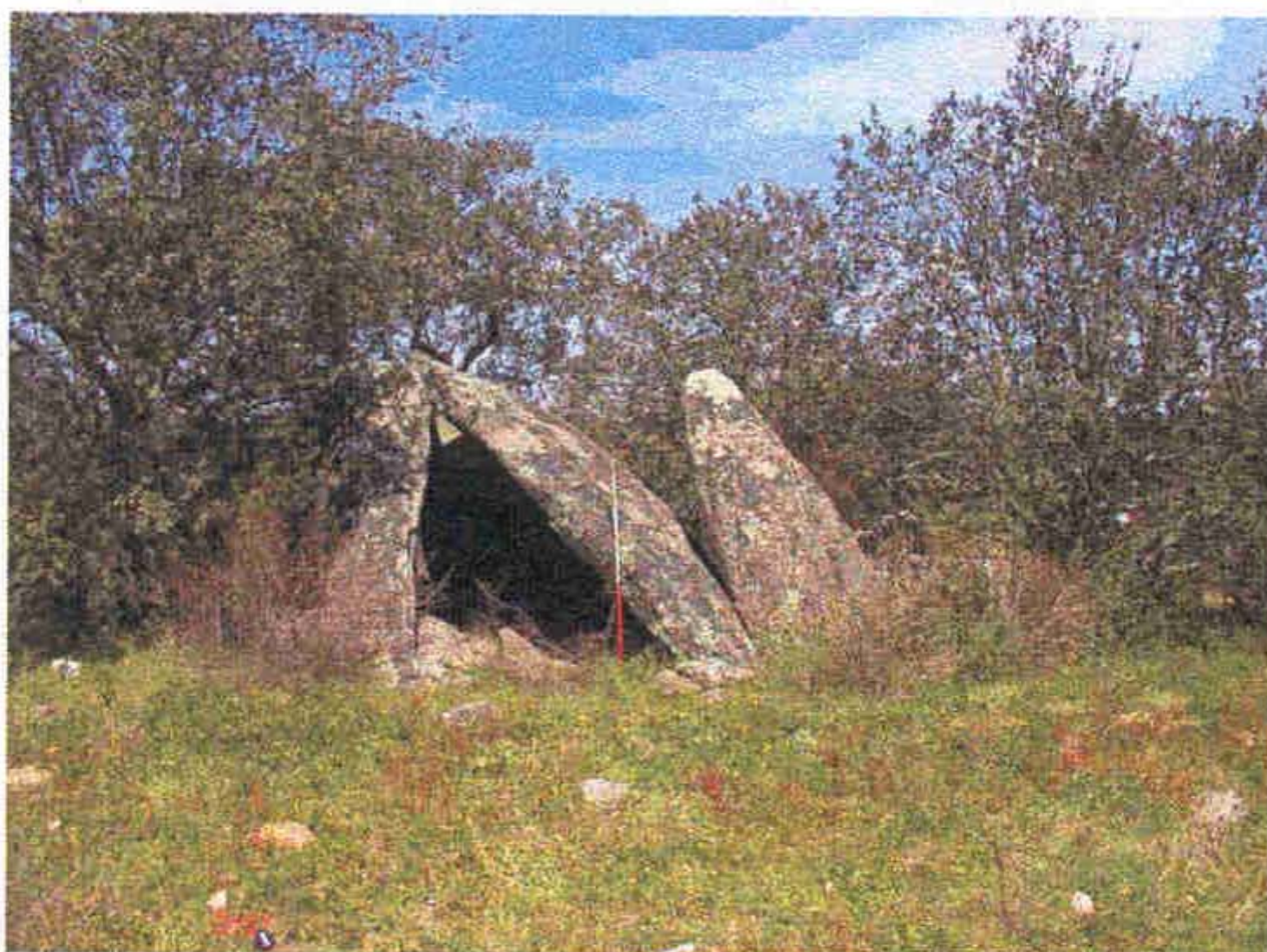
A anta-capela de S. Dionísio, em Pavia.



Anta do Considreiro.



Alcarou de Baixo 2.



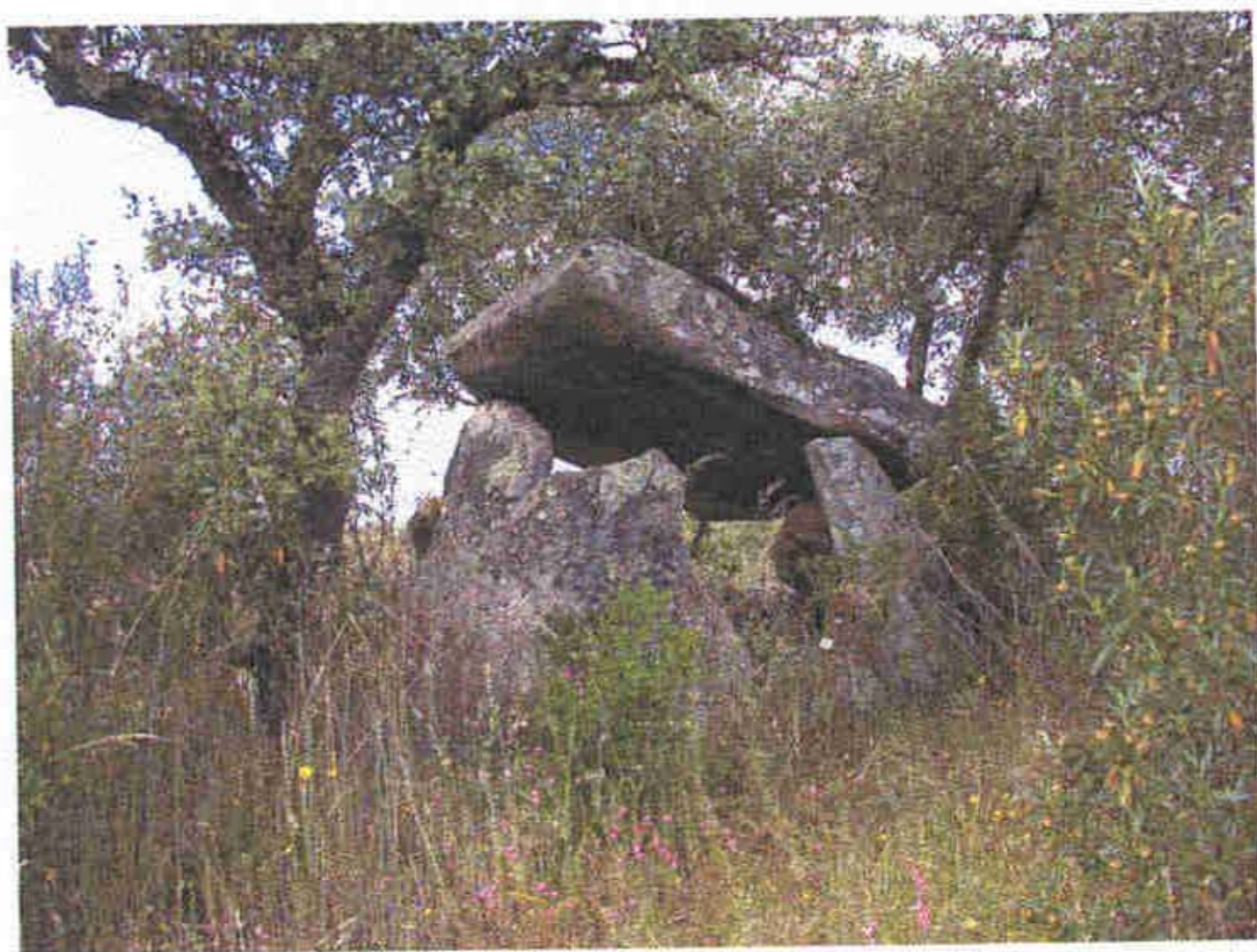
Anta 3ª de Besteiros.



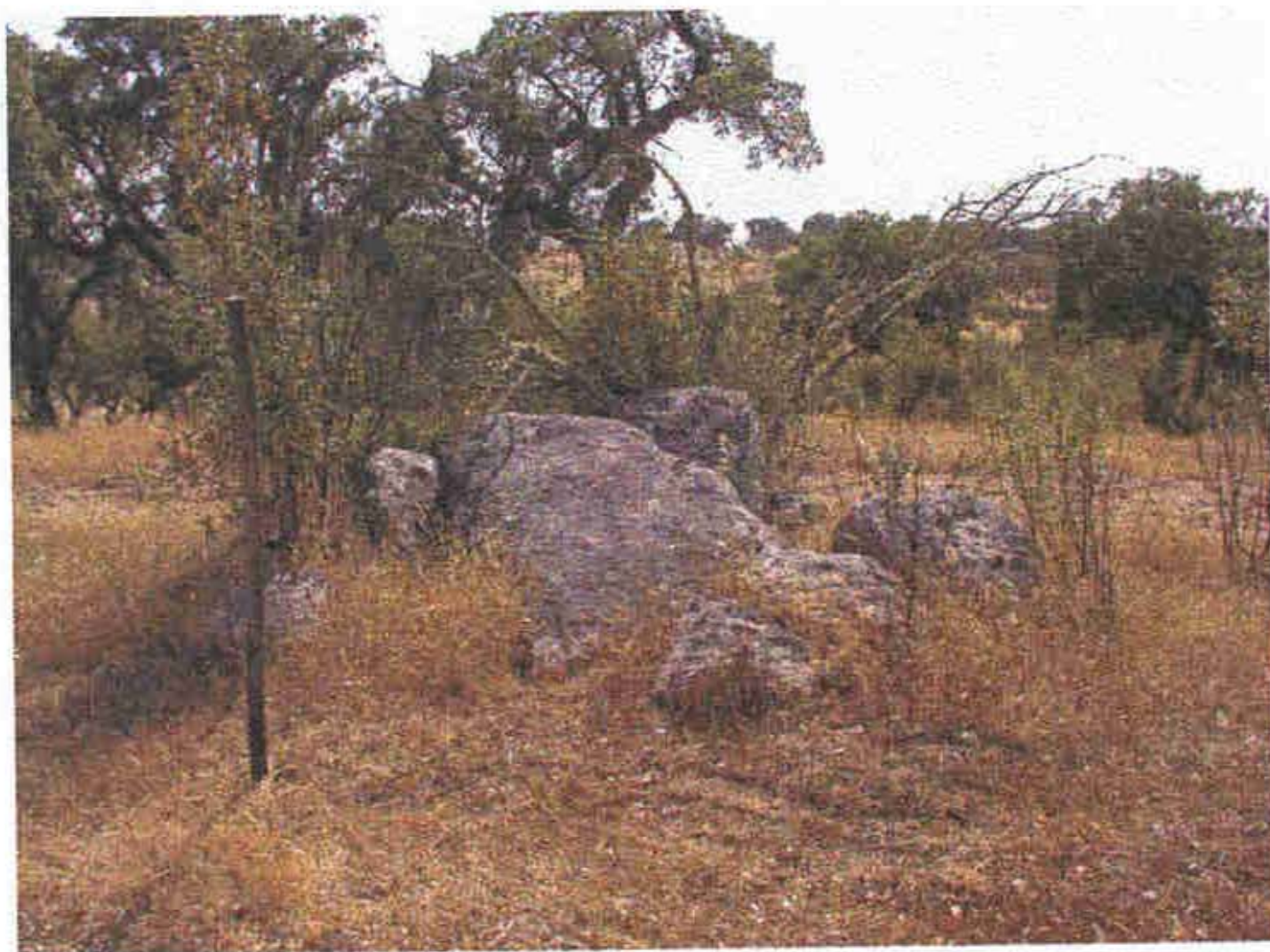
Anta de Cabeceiras 1.



Sepultura das Cabeceiras 6.



Anta do Carvalho.



Anta do Monte dos Píncaros.

de Pavia, com destaque para o recinto de Vale d'El Rei, a menos de 2 km de distância.

No entanto, a subsequente escavação do alinhamento e, sobretudo, do conjunto de menires que jaziam amontoados a cerca de 100 m, permitiu, sem margem para dúvidas, concluir que estamos em presença de um complexo funerário da Primeira Idade do Ferro.



O alinhamento de Tera em fase de escavação.

A necrópole propriamente dita, de onde seria certamente proveniente o conjunto de menires amontoados e dispersos de ambos os lados do caminho que conduz ao Monte da Tera, é constituída por um *cairn* (onde foram, até agora, em escavação, descobertos mais dois monólitos), contendo várias urnas cinerárias, acompanhadas de oferendas (contas de colar e anforiscos, de pasta vítrea, objectos metálicos e cerâmica).

A surpresa deste contexto cronológico-cultural resultou, antes de mais, da ausência virtual de paralelos, embora, em boa verdade, pouco se saiba ainda hoje sobre as necrópoles e os rituais funerários da Primeira Idade do Ferro, no Alentejo Central. Teoricamente,

é também possível que dois conjuntos de menires publicados, nos últimos anos, em regiões não muito afastadas – o de São Cristóvão (Resende) (Silva, 1997) e o de Fregenal de la Sierra (Berrocal-Rangel, 1991) –, sejam igualmente monumentos tardios, eventualmente sidéricos.

Curiosamente, o paralelo mais sugestivo para o complexo de Tera ocorre num contexto geográfico e cultural dificilmente relacionável com o Alentejo Central: trata-se do sítio de Fossa, nos Abruzzi, em Itália. Esta necrópole de inumação, datada também da Primeira Idade do Ferro, de carácter orientalizante, é composta por monumentos constituídos igualmente por alinhamentos, cujos menires, tal como em Tera, apresentam alturas decrescentes, na direcção dos *cairns* funerários, os quais aparecem claramente delimitados por círculos de menires (Cosentino et al., 2003).

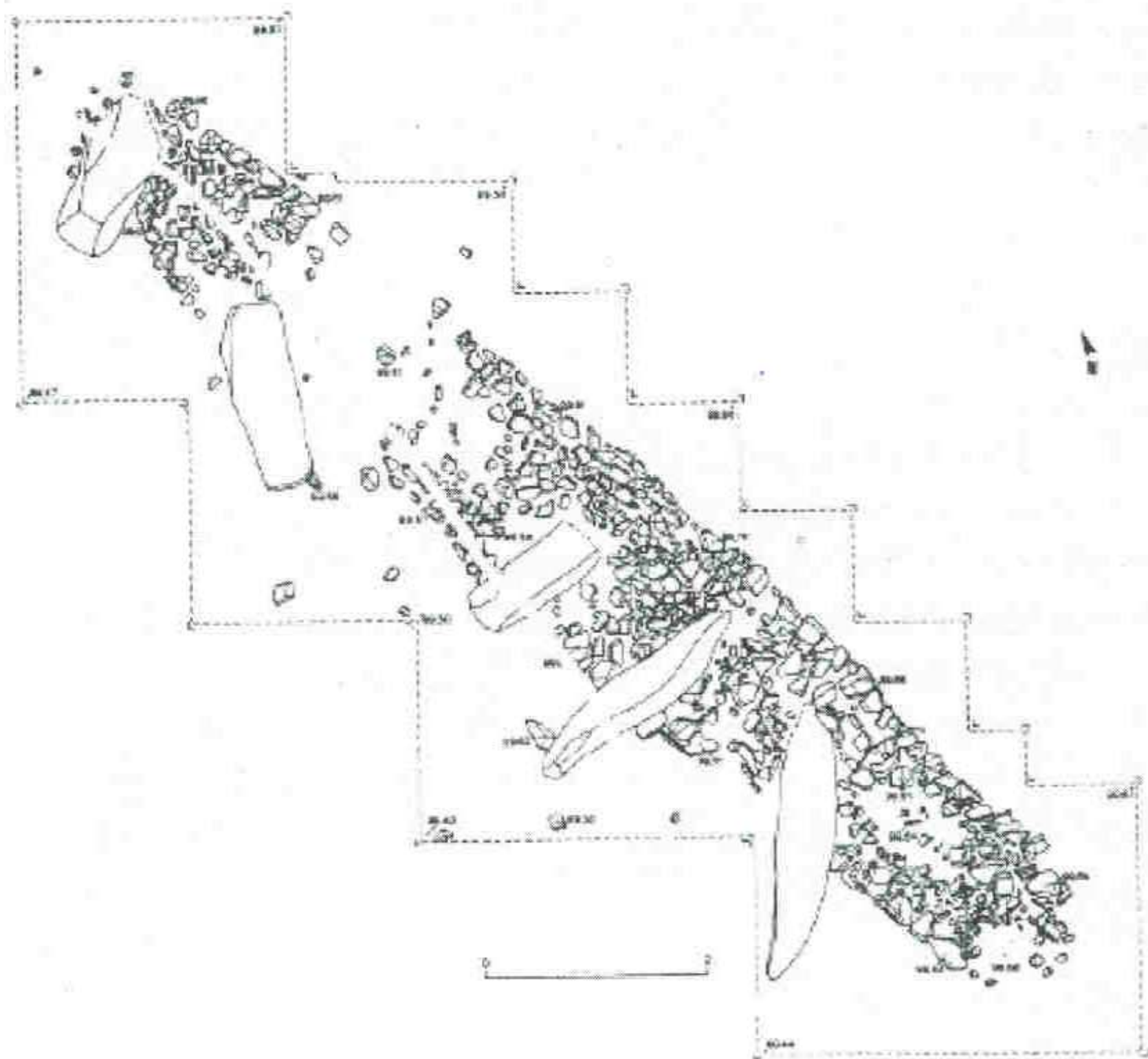
Uma das várias questões que o sítio de Tera levanta, na perspectiva que aqui nos interessa, é a da relação entre este monumento e o relevante contexto megalítico pré-histórico patente na área envolvente: a hipótese de se tratar de menires pré-históricos, reutilizados na construção da necrópole proto-histórica, não parece sustentável, atendendo à morfologia muito *sui generis* dos monólitos: de facto, os menires de Tera são muito mais esguios e angulosos que os dos recintos de Vale d'El Rei ou das Fontainhas, ambos seguramente pré-históricos.

No entanto, se parece aceitável que o monumento de Tera seja integralmente de feitura sidérica e não tenha havido reutilização de monólitos mais antigos, não deixa de fazer sentido a hipótese de o conjunto se ter, de alguma forma, inspirado nos monumentos neolíticos, que obviamente não passaram despercebidos na época, uma vez que se mantiveram intactos, ou quase, até aos nossos dias.

Num estudo recente sobre as paisagens míticas da Idade do Ferro britânica, John Barrett propõe que os monumentos neolíticos «continuaram como um elemento significante na paisagem» (Barrett, 1999: 258) e que «a natureza dos monumentos e os depósitos associados são entendidos como a representação da organização de uma sociedade antiga» (*ibidem*: 262).

Também Richard Bradley, numa obra muito recente, apontou vários exemplos, no Norte de França e nas ilhas Britânicas, em que

necrópoles ou santuários da Idade do Ferro sobrepõem, de formas que excluem a simples coincidência, estruturas rituais mais antigas (Bradley, 2003: 130-146).



Planta da escavação do alinhamento.

Convém sublinhar, por outro lado, que, em Pavia, os dados disponíveis não suportam uma eventual continuidade, sem rupturas, desde o Neolítico até à Idade do Ferro; na verdade, nessa área, apesar de intensamente prospectada (Calado, 1995; Calado, 2001a; Calado e Rocha, 1996; 1996-1997; 1997; Rocha, 1996; Rocha, 1999) existe um vazio absoluto de evidências de povoamento, entre o Calcolítico e a Idade do Ferro, sugerindo um abandono da área

durante, pelo menos, um milénio; a confirmar-se esta situação, os menires de Tera seriam, no máximo, uma reinterpretação, no domínio dos rituais funerários, de um fenómeno bem presente fisicamente, mas cujo significado original deveria, nessa altura, estar completamente perdido ou, no mínimo, transfigurado. Note-se que, em termos de orientação, enquanto, nos recintos pavienses, se observam os cânones habituais (estão orientados genericamente a nascente), o alinhamento de Tera é, nesse domínio, completamente anómalo (322° - 142°). Verifica-se, no entanto, uma boa coincidência entre a orientação do alinhamento (e do conjunto alinhamento/necrópole) e a orientação do relevo local.

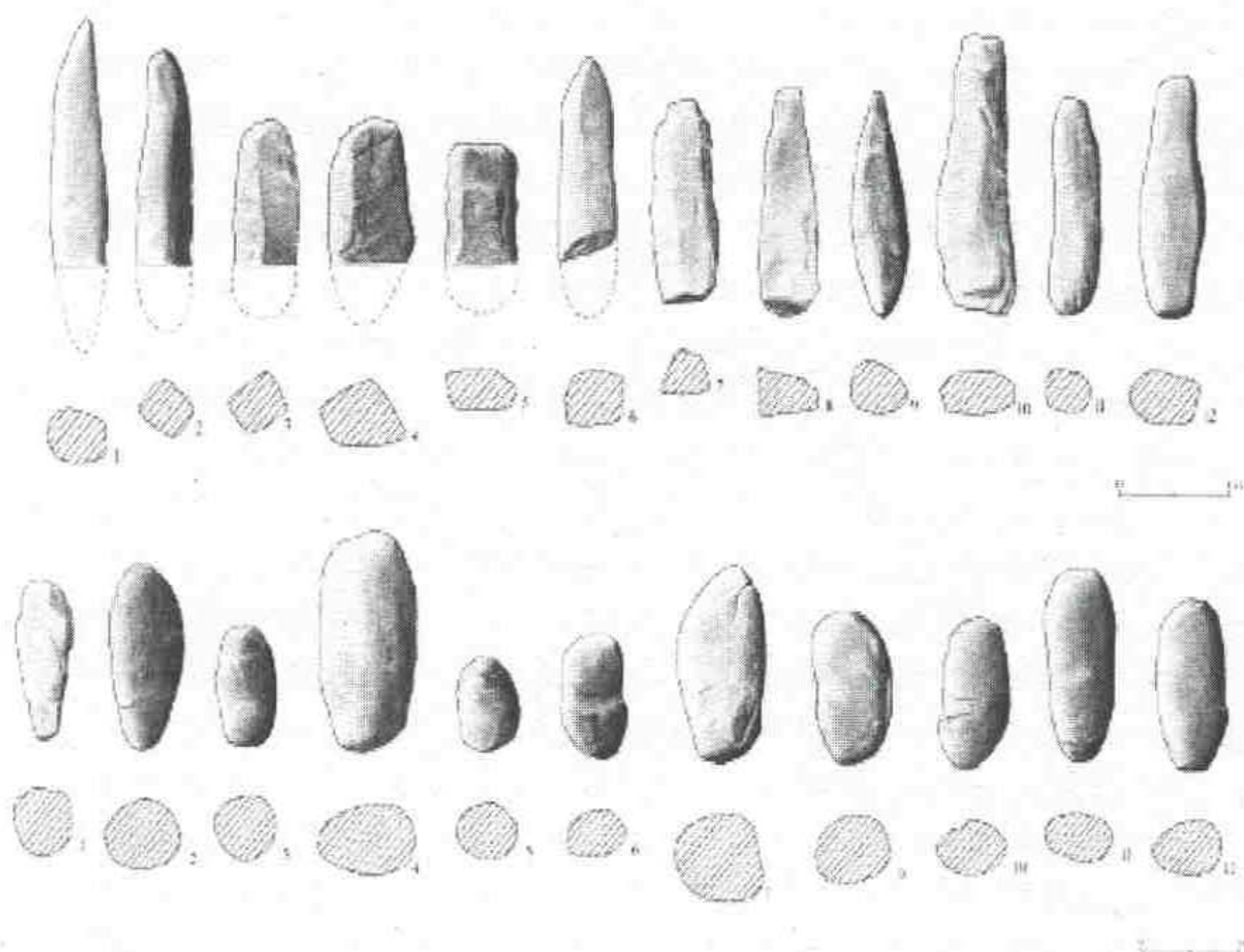
A valorização de monumentos megalíticos pré-históricos, em contextos funerários da Idade do Ferro, teve, há poucos anos, uma confirmação bastante sugestiva, no Alentejo Central: a escavação de uma anta muito destruída (anta da Belhoa, em Monsaraz), de que apenas restava um esteio, no local, levou à descoberta de uma necrópole da Idade do Ferro, nas imediações (Gomes, 1997). De facto, os materiais da Idade do Ferro dispersam-se, à superfície, até junto do famoso menir da Belhoa (localizado a uns escassos 200 m), sugerindo que, de alguma forma, o menir e o esteio da anta teriam sido «reutilizados» na estrutura ritual do cemitério.

A presença de vestígios da Idade do Ferro, em estreita articulação espacial com menires, foi igualmente observada na área do recinto do Tojal: a breve sondagem efectuada no local, junto aos menires 15 e 16, permitiu recolher alguns artefactos, de entre os quais um bordo extrovertido, de provável cronologia sidérica e, a meia distância entre este recinto e o menir do Monte do Tojal, à superfície, foi observado um fragmento de dormente de mó «de sela», que é um dos fósseis directores da Idade do Ferro regional.

Por outro lado, no sítio da Quinta do Gato 8, também nas imediações do recinto, foi recolhido, em prospecção de superfície, um bordo extrovertido, com asa «de cesto», igualmente característico dos conjuntos cerâmicos da Primeira Idade do Ferro (Calado, 2003).

No recinto megalítico da Portela de Mogos, o responsável pela escavação refere, embora sem a discriminar, a presença de cerâmicas da Idade do Ferro (Gomes, 1997a: 38); neste caso, como no do recinto do Tojal, não foi possível esclarecer se se trata ou não de utilização funerária.

Também a revisão recente dos menires do Monte das Flores, nos arredores de Évora (Oliveira e Sarantopoulos, 1994), permitiu, na área envolvente do local onde os dois monólitos tinham sido descobertos, identificar indícios da presença de uma necrópole da Idade do Ferro, nomeadamente cerâmicas e uma concentração de blocos de pequenas dimensões, análogos aos que integram o *cairn* funerário de Tera.



Comparação morfológica dos menires neolíticos (Vale d'El-Rei) e da Idade do Ferro (alinhamento de Tera).

Finalmente, um outro caso em que se poderia conjecturar uma cronologia da Idade do Ferro, é o do menir da Casa da Moinhola; este menir, muito heterodoxo em termos de matéria-prima (xisto) e de implantação (jaz em pleno leito do Guadiana), localiza-se nas imediações de um povoado da Primeira Idade do Ferro, a Casa da Moinhola 2 (Calado, 2002); no entanto, convém observar que, no mesmo contexto geográfico, a escassas dezenas de metros, existe

um significativo conjunto de gravuras pré-históricas, constituído sobretudo por antropomorfos em painéis horizontais.

Num balanço global, a título provisório, pode concluir-se que os menires da Idade do Ferro, nas diversas modalidades possíveis, não parecem ter sido um fenómeno muito expressivo no Alentejo Central, sendo, por enquanto, o alinhamento e necrópole de Tera o caso mais interessante.

3. Megalitismo no concelho de Mora: notas finais

A análise dos dados até agora coligidos nesta área permite levantar algumas novas questões, quer em termos da respectiva especificidade local, quer, numa abordagem mais ampla, no contexto da neolitização e da «megalitização» do interior alentejano.

Os traços peculiares do megalitismo de Mora não foram, em geral, discernidos por Vergílio Correia e Manuel Heleno, uma vez que, nessa altura, os dados disponíveis não permitiam ainda esse tipo de exercícios comparativos.

Essa especificidade manifesta-se, por exemplo, na abundância relativa de sepulturas megalíticas, fenómeno que se inicia em Pavia e Brotas e se estende até Montemor, sem outros paralelos na região alentejana, onde as antas de corredor constituem, virtualmente, a quase totalidade dos monumentos.

Estes fenómenos foram recentemente discutidos, com base em premissas distintas, por diversos autores (Zilhão, 1992; Diniz, 1994; Calado, 1995); em causa estão alguns aspectos cronológicos fundamentais, com consequências importantes nos modelos propostos. J. Zilhão e M. Calado propõem que os megálitos mais antigos do Alentejo interior teriam sido erigidos pelos primeiros ocupantes neolíticos, provenientes algures do quadrante ocidental; porém, para o primeiro autor, a génese do megalitismo identifica-se com a construção das primeiras sepulturas megalíticas, em época nunca anterior ao Neolítico Médio; o segundo, pelo contrário, considera os menires a fase inicial do megalitismo centro-alentejano e atribui a sua construção aos grupos do Neolítico antigo que, segundo parece, terão sido os verdadeiros colonizadores do Alentejo Central do pós-glacial. M. Diniz, defendendo também a neolitização precoce do Alentejo interior admite a exis-

tência de uma fase pré-megalítica e coloca algumas reservas à origem ocidental dos primeiros grupos neolíticos.

Em Mora, se ressalvamos a possibilidade de novas evidências em contrário, o início da neolitização do território parece ser posterior à instalação dos povoados mais antigos do aro de Évora, atraso que transparece da comparação dos conjuntos artefactuais dos locais de *habitat*; cronologicamente, essa fase inicial deve corresponder a um momento avançado dentro do Neolítico Antigo ou mesmo já ao Neolítico Médio.

É preciso, talvez, recordar as profundas diferenças observadas, no Alentejo Central, quando comparamos o povoamento neolítico e calcolítico das áreas de xisto, com o das de granito.

Com efeito, os povoados de ar livre do Neolítico Antigo da região (tal como os menires) relacionam-se, de uma forma quase exclusiva, com as paisagens graníticas, enquanto o povoamento do Neolítico Final parece restringir-se, por agora, aos granitos e, sobretudo, aos solos detríticos, com potencial agrícola relevante (Calado, 2002b, 2004c).

Nos xistos, quase sem excepções, ocorrem apenas os povoados calcolíticos, presentes, aliás, em todos os contextos geológicos da região.

Estas observações, assentes em prospecções muito intensivas, desenvolvidas nos últimos anos, sugerem uma prioridade na ocupação dos terrenos graníticos e uma expansão tardia, eventualmente resultante de um crescimento demográfico, ávido de espaço; convém recordar, neste capítulo, o potencial agrícola muito mais reduzido das áreas xistosas, que explicaria, como se tem defendido para a bacia do Sever, a pobreza relativa das arquitecturas e dos espólios dos monumentos de xisto (Oliveira, 1998).

Por outro lado, numa escala microrregional, parece claro que existe alguma exclusão entre as áreas ricas em povoamento do Neolítico Antigo (e menires) e as áreas com maiores concentrações de antas e sepulturas megalíticas (Calado, 2004b: 154).

Numa possível sequência regional, assente no modelo evolutivo dos Almendres, a maior parte dos menires de Pavia corresponderia, em função das respectivas dimensões, à fase mais recente daquele recinto megalítico, constituída por menires de menor calibre e que, aparentemente, foi acrescentada ao monumento original.

Restam, neste capítulo, muitos outros problemas em aberto, tais como a posição cronológica relativa dos diferentes tipos de monumentos meníricos, observados no concelho de Mora; refira-se, particularmente, o caso do grande menir da Caeira, único nesta área, que remete para os grandes menires-estelas, como o do Monte dos Almendres, o do Monte da Ribeira, o do Barrocal e o da Belhoa ou, caso não tenha gravuras, para os grandes menires fálicos do Outeiro ou da Meada; a antiguidade de uns e outros parece deduzir-se, respectivamente, da identidade dos temas insculpidos com os que ocorrem nos grandes cromeleques de Évora ou da datação do menir da Meada.

A maior parte do megalitismo funerário do concelho de Mora é atribuível ao Neolítico Final, com excepção de algumas pequenas sepulturas localizadas nas freguesias de Pavia e de Brotas; os testemunhos do povoamento que lhe corresponde, apesar de alguns contornos ainda mal definidos, estão omnipresentes, em áreas abertas, nas proximidades de todas as manchas dolménicas.

Esta identificação que, noutras áreas, pode ser ainda problemática, está reforçada, na área de Mora, pela notória escassez de povoamento de outras épocas em relação ao elevado número de antas conhecidas.

A diacronia destes monumentos, no seu conjunto, continua problemática; porém, a antiguidade relativa das pequenas sepulturas em ferradura parece a melhor explicação para as diferenças de espólios, imagem coerente com as observações efectuadas noutros contextos alentejanos.

Não dispomos, em Mora, de qualquer elemento seguro para aferir a posição cronológica relativa entre as sepulturas em forma de ferradura e os menires, sendo provável que alguns sejam, efectivamente, contemporâneos. Porém, a reutilização de pequenos menires, na sepultura anexa ao cromeleque e povoado do Torrão, em Elvas, ou na sepultura do Cabeço, em Ponte de Sôr, sugerem uma sequência cronológica em que os menires seriam, em termos gerais, de concepção mais antiga.

O modelo que melhor parece ajustar-se à evolução do megalitismo regional assenta num esquema de transformação-redução do porte dos menires e da dimensão dos conjuntos, numa primeira

fase, seguida de uma mudança no sentido da substituição dos menires por sepulturas megalíticas, as quais sofrem, seguidamente, uma transformação, inversa da primeira, que culmina nas antas mais monumentais.

De facto, com base nos dados actualmente disponíveis, podemos admitir uma evolução – que não tem de ser linear – das sepulturas simples, fechadas e individuais, até aos monumentos colectivos, de acesso continuado, num processo que implicaria, certamente, uma alteração significativa nos rituais funerários.

Por outro lado, um certo polimorfismo seria, sobretudo, a consequência de alguma inércia perante a inovação, assumida em ritmos diferenciados: por exemplo, na época em que foram feitas as primeiras antas de corredor, teriam, por hipótese, continuado, durante algum tempo, a ser construídas as derradeiras sepulturas megalíticas.

Trata-se, em última análise, de um polimorfismo evolutivo, sendo claro que não podemos, hoje, conceber a evolução das arquitecturas megalíticas regionais como um processo independente, em circuito fechado. Não restam dúvidas que a passagem das arquitecturas simples para as arquitecturas complexas ocorreu num quadro geográfico muito amplo (Bradley, 1997: 25; Cooney, 2000: 16; Boujot et Cassen, 1998; Joussaume, 1999; Sauzade, 1999: 132, 133; Tarús, 1999: 112), genericamente associável à fachada atlântica europeia, mas não só, e as diversas formas e ritmos locais são indissociáveis desse quadro geral.

Também não podemos esquecer que a história de um monumento não se restringe ao momento da sua construção e utilização, englobando também todos os séculos subsequentes, quer por terem tido uso continuado, durante períodos mais ou menos longos, quer por terem sido reutilizados. Num caso ou noutro que, em termos arqueológicos, se podem perfeitamente confundir, uma parte dos espólios é, naturalmente, muito mais recente do que os monumentos em si.

Na verdade, no Alentejo Central, o uso prolongado dos mesmos monumentos parece, naturalmente, aplicar-se apenas às antas; quanto às pequenas sepulturas megalíticas, onde esse tipo de uso não faria muito sentido, temos, em contrapartida, indicadores claros de que foram objecto de reutilizações, em épocas muito avançadas.

das da história do megalitismo regional (campaniforme e Idade do Bronze), ou mesmo em épocas muito posteriores.

Essas reutilizações assumiram, na região, formas distintas; no entanto, parece ter sido dada, em época campaniforme, preferência às pequenas sepulturas, eventualmente por serem aquelas que, arquitectonicamente, se aproximavam mais das cistas, numa altura em que estas começavam a constituir o tipo de enterramento mais padronizado.

No entanto, nenhum destes fenómenos – o uso reiterado, a reutilização ou o polimorfismo – permite explicar todas as anomalias na relação entre arquitecturas e espólios. Convém considerar igualmente a possibilidade de uma prática sistemática de trasladação de restos mortais e artefactos, de monumentos mais antigos para os novos monumentos que iam sendo construídos.

Esta prática, que, provavelmente, tem sido muitas vezes confundida com a do enterramento secundário a partir de uma sepultura provisória – sempre que as ossadas estão incompletas e desarticuladas –, explicaria, desde logo, um fenómeno que afecta um número considerável de monumentos, sobretudo dos mais antigos: o respectivo esvaziamento total ou a escassez exagerada de artefactos (Gonçalves, 2002a: 104).

É, eventualmente, num sentido semelhante, que podemos interpretar a afirmação de que «nas ilhas Britânicas, existem boas bases empíricas para defender que os ossos de certos indivíduos circulavam entre sepulturas e comunidades» (Chapman, 1995: 30).

A trasladação não se aplicou certamente a todos os monumentos, fenómeno que se poderia, eventualmente, explicar por qualquer tipo de ruptura linhagística: os inumados em alguns monumentos não teriam, de algum modo, deixado descendentes.

Em contrapartida, é perfeitamente aceitável, num quadro explicativo deste tipo, que, noutros casos, vários grupos tenham reivindicado os restos mortais dos seus ancestrais e que estes tenham sido repartidos por mais do que um monumento.

O desenvolvimento da arquitectura megalítica funerária, no quadro de uma franca expansão demográfica e económica, é um elemento fundamental a ter em conta, tanto mais que é a partir desta época – o tal Neolítico Médio – que praticamente deixa de haver

territórios devolutos, criando-se, deste modo, um espaço contínuo de trocas de ideias e produtos a que esta área não ficou alheia.

Nas fases seguintes assiste-se a uma acentuada rarefacção do povoamento em todo o território considerado.

Não custa admitir que esse fenómeno se relaciona, de algum modo, com a instabilidade que conduziu à construção das mais antigas fortificações, ainda na primeira metade do 3º milénio; essa instabilidade que, na área de Mora, implicou a opção por estratégias de implantação inovadoras, pode dever-se à chegada de grupos exógenos ou corresponder apenas à resposta das populações indígenas perante pressões internas ou externas.

Os povoados abertos do Monte do Henrique Soeiro e das Cabeças de Mora podem eventualmente ter construído estruturas defensivas negativas, difíceis de detectar à superfície, ou corresponder a um momento inicial menos constrangido, após o qual, por serem pouco importantes demograficamente, teriam sucumbido às referidas pressões.

Em suma, a clara redução do povoamento no concelho de Mora, no Calcolítico, permanece ainda muito difícil de interpretar, nas suas causas e nos próprios mecanismos, uma vez que desconhecemos se houve efectivamente decréscimo dos efectivos demográficos (por abandono, expulsão ou aniquilamento) ou se houve, pelo contrário, apenas concentração em alguns povoados melhor concebidos estrategicamente, hipótese dificilmente sustentável, se considerarmos a área do único povoado fortificado conhecido.

A redução populacional parece acentuar-se, neste território, ao longo das Idades do Bronze e do Ferro, épocas de que não se conhecem, nesta área, quaisquer vestígios, com excepção de um pequeno núcleo de povoamento e de uma necrópole, ambos atribuíveis à Primeira Idade do Ferro.

Para além de todas as dúvidas que existem em torno das sociedades do Bronze Antigo e Médio, no Alentejo Central e não só, as necessidades defensivas das populações dos inícios e dos finais do 1º milénio a. C. - com um hiato correspondente à Primeira Idade do Ferro - não permitem explicar cabalmente o vazio observado, uma vez que existem igualmente, nesta área, particularmente junto à ribeira de Tera, algumas áreas mais íngremes, de relevo mais movimentado, adequadas à implantação de povoados fortificados.

Bibliografia

- ARNAUD, J. (1971) - «Os Povoados "neo-eneolíticos" de Famão e Aboboreira (Ciladas, Vila Viçosa), Notícia preliminar». *Actas do II CNAP*. Coimbra.
- BARRETT, J. (1988) - «The living, the dead and the ancestors: Neolithic and Early Bronze Age mortuary practices». In BARRETT, J.; KINNES, I. (eds) - *The archaeology of context in the Neolithic and Early Bronze Age: recent trends*. Sheffield: Sheffield University Department of Archaeology and Prehistory, pp. 30-41.
- BERROCAL RANGEL, L. (1991) - «Aproximación al fenómeno menhírico en Extremadura: los menhires de Fregenal de la Sierra». *Actas del XX CNA*. Zaragoza, pp. 211-224.
- BOUJOT, C.; CASSEN, S. (1998) - «Tertres armoricains et tumulus carnacéens dans le cadre de la néolithisation de la France occidentale». In GUILAINE, J. (dir.) - *Sépultures d'Occident et genèses des mégalithismes (9000-3500 avant notre ère)*. Séminaires du Collège de France, Paris: Ed. Errance, pp. 107-126.
- BRADLEY, R. (1997a) - *Rock Art and the Prehistory of Atlantic Europe*. London: Routledge.
- BRADLEY, R. (1997b) - «Symbols and signposts - understanding the prehistoric petroglyphs of the British Isles». In RENFREW, C.; ZUBROW, E. (eds.) - *The Ancient Mind. Elements of cognitive archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, p.95-106.
- CALADO, M. (1990) - «Aspectos do Megalitismo Alentejano. Comunicação apresentada às IV Jornadas da Associação de Arqueólogos Portugueses». *O Giraldo* (Julho e Agosto). Évora: [s.n.].
- CALADO, M. (1993b) - «Menires, alinhamentos e cromelechs». In MEDINA, J. (dir.) - *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. 1, pp. 294-301. GONÇALVES, V.S. (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. 1, pp. 294-301.
- CALADO, M. (1995) - *A Região da Serra d'Ossa: Introdução ao Estudo do Povoamento Neolítico e Calcolítico*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (edição policopiada).
- CALADO, M. (1997a) - «Vale Maria do Meio e as paisagens culturais do Neolítico Alentejano». In Sarantopoulos, P. (org.) - *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: C.M. Évora, pp. 41-51.
- CALADO, M. (1997b) - «Cromlechs alentejanos e arte megalítica». *Actas do III Colóquio Internacional de Arte Megalítica*. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico, pp. 289-297.
- CALADO, M. (2000a) - «Neolitização e megalitismo no Alentejo Central: uma leitura espacial». *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: Adecap, pp. 35-45.

- CALADO, M. (2000b) – «O recinto megalítico de Vale Maria do Meio (Évora, Alentejo)». *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (Monsaraz, 1996). Lisboa: IPA, pp. 167-182.
- CALADO, M. (2001a) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: Um Estudo de Pré-História Regional*. Trabalhos de Arqueologia, 19. Lisboa: IPA.
- CALADO, M. (2003b) – «Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo)». *Muita Gente Poucas Antas? Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo*. *Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, pp. 351-369.
- CALADO, M. (2004a) – «Entre o Céu e a Terra. Menires e arte rupestre no Alentejo Central». In CALADO, M. *Sinais de Pedra. Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica*. Évora: Fundação Eugénio d'Almeida.
- CALADO, M. (2004b) – *Menires do Alentejo Central. Génese e Evolução da Paisagem Megalítica Regional*. Lisboa: FLL. Tese de Doutoramento policopiada.
- CALADO, M.; ROCHA, L; (1996) – «Neolitização do Alentejo Interior: Os casos de Pavia e Évora». *Rubricatum. I Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*. vol. 2. Gavà- Bellaterra: 673-682.
- CALADO, M.; SARANTOPOULOS, P. (1996) – «O Cromeleque de Vale Maria do Meio (Évora, Portugal): contexto arqueológico e geográfico». *Actas do I Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*. Gavà: [s.n.]. II, 493-504.
- COONEY, G. (2000) – *Landscapes of Neolithic Ireland*. London and New York: Routledge.
- CORREIA, Vergilio (1921) – *El Neolítico de Pavia*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas. 27.
- COSTA, P. (1868) – «Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal». *Monumentos pré-históricos*. Lisboa.
- COSENTINO, S.; D'ERCOLE, V.; MIELI, G. (2003) – *La necropoli di Fossa*. Pescara: Carsa
- DINIZ, M. (1994) – *Acerca das Cerâmicas do Neolítico Antigo da Gruta da Furninha (Peniche) e da Problemática da Neolitização do Centro/Sul de Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (policopiado).
- DINIZ, M. (2000) – «As comunidades neolíticas no interior alentejano: uma leitura cultural e cronológica». *3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP.3, pp. 23- 33.
- DINIZ, M. (2000) – «Neolitização e megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço. Muitas antas, pouca gente?» *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 16, pp. 105 – 116.
- DINIZ, M. (2003) – *O Sítio da Valada do Mato (Évora). Aspectos da Neolitização no Interior Sul de Portugal*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (policopiado).
- FABIÃO, C. (1999) – «Um século de arqueologia em Portugal» – I. *Al-madan*. II série (8). Almada: [s.l], 104-126.

- FERREIRA, S. R. (1864) – «Apontamentos para a História topográfica de Penafiel». *O Século XIX*, 5.
- GOMES, M. V. (1982) – «Aspects of megalithic religion according to the portuguese menhirs». *Actas do III Valcamonica Symposium*. Capo di Ponte: Ed. del Centro, pp. 385-401.
- GOMES, M. V. (1989) – «Arte rupestre e contexto arqueológico». Colóquio internacional de Arte Pré-Histórica. *Almensor*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. 7, pp. 225-269.
- GOMES, M. V. (1986) – «O cromeleque da Herdade de Cuncos (Montemor-o-Novo, Évora)». *Almensor*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. 4, pp. 7-42.
- GOMES, M. V. (1991) – «Corniformes e figuras associadas de dois santuários rupestres do Sul de Portugal. Cronologia e interpretação». *Almensor*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. 9, pp. 17-74.
- GOMES, M. V. (1994) – «O sepulcro colectivo de Pedra Escorregadia (Vila do Bispo, Faro) - Notícia da escavação de 1991». *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: A.A.P., pp. 79-91.
- GOMES, M. V. (1997a) – «Anta da Belhoa (Reguengos de Monsaraz, Évora). Resultados da campanha de escavações de 1992». *Cadernos de Cultura*, 1. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, pp. 39-69.
- GOMES, M. V. (1997a) – «Cromeleque da Portela de Mogos. Um monumento sócio-religioso megalítico». In SARANTOPOULOS, P. (org.) – *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, pp. 35-40.
- GOMES, M. V. (1997b) – «Cromeleque dos Almendres. Um dos primeiros grandes monumentos públicos da Humanidade». In SARANTOPOULOS, P. (org.) – *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, pp. 25-34.
- GOMES, M. V. (1997c) – «Estátuas-menires antropomórficas do Alto-Alentejo. Descobertas recentes e problemática». *Brigantium*. 10, pp. 255-279.
- GOMES, M. V. (1997d) – «O menir da Herdade das Vidigueiras (Reguengos de Monsaraz, Évora). Resultados dos trabalhos efectuados em 1988». *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. I, pp. 17-37.
- GOMES, M. V. (2000a) – «Cromeleque do Xerez. A ordenação do caos». In SILVA, A. C. (Ed.) *Das pedras do Xerez às novas terras da Luz*. Beja: Edia, pp. 17-190.
- GOMES, M. V. (2000b) – «O menir e o recinto do Barrocal». Resumo das comunicações apresentadas ao II Colóquio Internacional sobre Megalitismo (Reguengos de Monsaraz, 2000), pp. 25.
- GOMES, M.V. (2002) – «Cromeleque dos Almendres. Um monumento sócio-religioso neolítico». Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Técnica de Lisboa (texto policopiado).

- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P.; SERRÃO, E. C. (1978) – «A estação pré-histórica da Caramujeira». *Trabalhos de 1975-76. Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: A.A.P., pp. 35-72.
- GONÇALVES, J. P. (1970) – «Menires de Monsaraz». *Arqueologia e História*. [s.l:s.n.]. IX: II, pp. 157-176.
- GONÇALVES, J. P. (1972) – «Arte Rupestre de Monsaraz». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: [s.n.]. V, pp. 489-502.
- GONÇALVES, J. P. (1975) – «Roteiro de alguns megálitos da região de Évora». Separata de *A Cidade de Évora*. Évora: [s.n.]. 58, pp.3-25.
- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Revendo as Antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ/INIC
- GONÇALVES, V. S. (1993a) – «A primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis». *TAE. «Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular»*. Porto: [s.n.]. IV, pp. 117-131.
- GONÇALVES, V. S. (1993e) – «O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas». *Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal*. Mangualde: [s.n.], pp. 1-21.
- GONÇALVES, V. S. (1994a) – «A primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis». *TAE*. Porto: SPAE. *Actas do 1º Congresso Peninsular de Arqueologia*. 1993.
- GONÇALVES, V. S. (1995b) – «Pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz: os 4º e 3º Milénios». *Ofiussa 1*. [s.l.]: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 1-21.
- GONÇALVES, V. S. (2000) – «Muitas antas, pouca gente? Muitas antas, pouca gente?» *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Trabalhos de Arqueologia*. 16. Lisboa: IPA, pp. 5-10.
- GONÇALVES, V. S; SOUSA, ^a C. (1997) – «A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente Peninsular». *Actas do Colóquio Internacional O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela, Unión Internacional de Ciencias Prehistóricas e Protohistóricas, pp. 609-634.
- GONÇALVES, V. S; SOUSA, A.C. (2000) – «O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz». In Gonçalves, V. S., (org.) *Muitas Antas, Pouca Gente? – Actas do Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, 11-104.
- HELENO, M. (1956) – «Um quarto de século de investigação arqueológica». *O Arqueólogo Português*. Lisboa: [s.n.]. (n.s.): III, pp. 221-237.

- JOUSSAUME, R. (1999) – «Le mégalithisme du Centre-Ouest de la France». In GUILAINE, J.(dir.) – *Mégalithismes, de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Editions Errance, pp. 59-74.
- LEAL, P; (1874) – *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário*. 2. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.
- LEISNER, G. (1944) – *O Dólmen de Falsa Cúpula de Vale Rodrigo*, Coimbra, Biblos, Tomo XX.
- LEISNER, G. (1948-49) – «Antas dos Arredores de Évora». *Separata de A Cidade de Évora*. Évora: [s.n.]. 15-16, 17, 18.
- LEISNER, G. e V. (1951) – «A Anta das Cabeças». *O Arqueólogo Português*. Lisboa: [s.n.]. I.
- LEISNER, G. e V. (1953) – «Contribuição para o estudo das antas portuguesas. A região de Montargil. Concelho de Ponte de Sor». *O Archeologo Português*. Lisboa: [s.n.]. 2: 2, pp. 227-256.
- LEISNER, G. e V. (1955) – *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança-Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G. e V. (1956) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen (1)*. Berlin: Walter de Gruyter.
- LEISNER, G. e V. (1959) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter. II: 2.
- LEISNER, G. e V. (1985) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARCH (reed.).
- LEISNER, V. (1970) – «Micrólitos de tipo tardenoisense em dólmens portugueses». *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, v. II, p. 195-198.
- LEISNER, V. (1983) – «As diferentes fases do Neolítico em Portugal». *Arqueologia*. 7, pp. 54-58.
- LEISNER, V. (1985) – *Micrólitos – Apontamentos tomados no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Lisboa: Instituto Arqueológico Alemão.
- LIMA, P. (1992) – *Património de Portel. Recenseamento Preliminar (Áreas Rurais)*. Portel: Câmara Municipal de Portel. 1.
- MOHEN, J.-P; SCARRE, C. (2002) – *Les tumulus de Bougon. Complexe mégalithique du Ve au IIIe milénaire*. Paris : Éditions Errance.
- MOITA, I. (1956) – «Subsídios para o Estudo do Eneolítico do Alto Alentejo». *Arq. Port.* Lisboa: [s.n.]. III s., pp. 135-175.
- MOITA, I. (1965) – «Sobrevivência de Cultos de Origem Remota no Interior do Alentejo». *Separata das Actas do Congresso Internacional de Etnografia*. Lisboa: [s.n.].
- OLIVEIRA, C. (2001) – *Lugar e Memória. Testemunhos Megalíticos e Leituras do Passado*. Lisboa: Ed. Colibri.
- OLIVEIRA, J. (1988) – *Introdução ao Estudo das Sepulturas Megalíticas da Mar-*

- gem Esquerda do Rio Sever* (tese policopiada). Évora: Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, J. (1995) – *Monumentos megalíticos da Bacia hidrográfica do Sever* (Marvão, Castelo de Vide, Nisa, Valência de Alcântara, Herrera de Alcântara e Cedillo). Évora: Universidade de Évora (Tese de Doutoramento policopiada).
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Ed. Colibri.
- OLIVEIRA, J.; SARANTOPOULOS, P. (1994) – «Alguns monumentos megalíticos afectados pela expansão urbana da cidade de Évora». *V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: [s.n.], pp.187-194.
- PEREIRA G., (1880) – «Antiguidades Prehistóricas. Dolmens d'Évora». *O Universo Ilustrado*. Lisboa.4 (32), pp. 252-255.
- PEREIRA, G. (1887) – *Documentos Históricos da Cidade de Évora. Segunda Parte*. Évora: Typographia Económica de José d'Oliveira.
- PEREIRA, G. (1891) – *Estudos Eborenses. Antiguidades Romanas em Évora e Seus Arredores*. Évora: [s.n.].
- PINA, H.L. (1962) – «A Anta 2 da Azinheira (Reguengos de Monsaraz)». *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia*. Porto: SPAE, pp. 25-46.
- PINA, H.L. (1971) – «Novos monumentos megalíticos do Distrito de Évora». *Actas do II CNAP*. Coimbra: [s.n.]. VI, pp. 151-161.
- PINA, H. L. (1976) – «Cromlechs und Menhire bei Évora in Portugal». *Madri-der Mitteilungen*. Heidelberg. 17, pp. 9-20.
- RIBEIRO, Orlando (1995) – *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. V.
- ROCHA, L. (2005) – *As Origens do Megalitismo Funerário no Alentejo Central: a Contribuição de Manuel Heleno*. Tese de doutoramento policopiada.
- ROCHA, L. (2003) – «O monumento megalítico do Monte da Têra (Pavia, Mora), Sector 2: resultados das últimas escavações». *Trabalhos de Arqueologia 25: Muita Gente, Poucas Antas? Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo – Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: IPA, pp. 339 -350.
- ROCHA, L. (2003) – «O monumento megalítico da I Idade do Ferro do Monte da Têra (Pavia, Mora)». Sectores 1 e 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. vol. 6. nº 1. Lisboa: IPA, pp. 121-129.
- ROCHA, L. (2001) – «O Povoamento pré-histórico da área de Pavia». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 4. Nº 1. Lisboa: IPA, p. 17-43.
- ROCHA, L. (1999) – «Aspectos do Megalitismo da área de Pavia, Mora (Portugal)». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, nº 1. Lisboa: IPA, pp. 71-94.
- ROCHA, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História Regional*. Setúbal: Câmara Municipal de Mora.
- ROCHA, L. (1999) – «O megalitismo funerário da área de Pavia, Mora (Portugal). Estado actual da investigação». *II Congr s del Neolític a la Pen n-sula Ib rica*.

- ROCHA, L. (1997) – «Os menires de Pavia, Mora (Portugal)». Comunicação apresentada ao *II Congreso Peninsular de Arqueologia*. Zamora, 24 a 27 de Setembro de 1996, tomo II, pp. 221-228
- SAUZADE, G. (1999) – «Des dolmens en Provence». In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithismes, de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Editions Errance, p. 125-140.
- SCARRE, C. (2004) – «Monumentos de pedra “rude” e pedras troféu: a relação com os materiais nos megalitos da Europa ocidental». In CALADO, M. (org.) – *Sinais de Pedra. I Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida.
- SILVA, P. (1887) – «Acerca do descobrimento feito no Monte de Santa Luzia em Viana do Castelo, no mês de Abril de 1887». *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, S.II, T. III, 2, pp. 28, 29.
- TARRÙS, J. (1999) – «Réflexions sur le mégalithisme en Catalogne». In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithismes, de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Editions Errance, pp. 109-121.
- VENTURA, J. F. (1970) – «Moinhos Agora, Moinhos Outrora». *Arqueologia e História*. Lisboa: [s.n.]. IX s.: 2.
- VEIGA, E. (1891) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. IV.
- ZBYSZEWSKI, G; FERREIRA, O. V; REYNOLDS de SOUSA, H; NORTH, C.T; LEITÃO, M. (1977a) – «Nouvelles découvertes de Cromlechs et de Menhirs au Portugal». CSGP. Lisboa: [s.n.]. LXI, pp. 63-73.
- ZBYSZEWSKI, G; VIANA, A; FERREIRA, O. V (1977b) – «Descoberta de insculpturas com a figura humana estilizada na região de Brotas (Mora). O penedo de Almoinha». CSGP. Lisboa: [s.n.]. 61, pp. 33-41.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa: IPPAR.
- ZILHÃO, J. (1998) – «A passagem do Mesolítico ao Neolítico na costa do Alentejo». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 1, pp. 27-44.

ÍNDICE

1. Introdução e história da investigação, 3

2. As escavações recentes

2.1. Vale d'El-Rei, 11

2.2. Os menires das Fontainhas, 16

2.3. O alinhamento e necrópole do Monte da Tera, 20

3. Megalitismo no Concelho de Mora: notas finais, 26

Bibliografia, 33

© Apenas Livros Lda.,
Leonor Rocha e Manuel Calado

Al. Linhas de Torres, 97, 3º dto.
1750-140 Lisboa
Tel/fax 21 758 22 85
apenaslivros@oninetspeed.pt

Depósito legal nº 241790/06
ISBN-13: 978-989-618-065-2
ISBN-10: 989-618-065-2
1ª edição: 200 exemplares
Abril de 2006
Publicação nº 172

Revisão de Luís Filipe Coelho

Colecção OFIUSA, 6
Dirigida por: Gabriela Morais
gabrielaformais@gmail.com

www.apenas-livros.com

Já publicados:

1. Gabriela Morais — *O Santuário Alentejano de São Miguel da Mota (Vestígios de um culto à Grande Deusa)*.
2. Sandra Mesquita — *Breve História dos Hortos de Aromáticas e Medicinais em Portugal*.
3. Gabriela Morais — *A Lenda da Fundação de Portugal, Irlanda e Escócia*.
4. Luís M. Alves de Fraga — *A Viagem de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva ou a Mundividência de D. João II*.
5. Luís M. Alves de Fraga — *São Tomé e Príncipe: ilhas de sofrimento e de fortuna. Súmula histórica*.

4,00 euros

ISBN: 978-989-618-065-2

ISBN: 989-618-065-2

